

COMPANHIA DOCAS
DO RIO DE JANEIRO – CDRJ

RELATÓRIO DE GESTÃO
2005

CDRJ – RELATÓRIO DE GESTÃO – 2005

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	2
2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA	6
3. OBJETIVOS E METAS	7
4. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO	34
5. ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO ALCANÇADO	35
6. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS	43
7. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)	45
8. CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS.....	45
9. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	45
10. PROJETOS E DE INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL	45
11. AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS	45
12. GASTO COM CARTÃO DE CRÉDITO	45
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
14. ANEXOS	48

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os resultados das ações estratégicas da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, no exercício de 2005, evidenciam, mais uma vez, o acerto no diagnóstico e na definição do Plano de Ação oriundo do I Seminário de Planejamento Estratégico da Empresa, realizado quando do início da atual administração, em 2003, bem como a sua revisão, por ocasião do II Seminário, em 2005.

Em outras palavras, os princípios basilares de gestão participativa implantados na CDRJ, sempre revestidos de cunho integrador e transparência administrativa, e alicerçados por uma consistente política de desenvolvimento e de incentivo às exportações do Governo Federal, vêm se revelando como fatores decisivos de fomento à participação dos agentes internos e externos na análise e equacionamento dos cenários de curto, médio e longo prazos, o que contribui sobremaneira para o alcance de soluções eficazes para a problemática da CDRJ.

Com o notório crescimento das atividades no âmbito do complexo portuário sob a administração da CDRJ e, por conseguinte, do seu volume de receitas, pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que a mesma estaria desfrutando, no presente momento, de condição superavitária e invejável autonomia financeira, não fosse o passivo contraído em razão de atos do Executivo Federal, no início da década de 90.

Os sucessivos incrementos dos volumes de cargas movimentadas no universo das atividades desenvolvidas nos terminais arrendados e, ainda, em áreas de cais público, pela ação complementar de Operadores Portuários monitorada pela CDRJ, têm mostrado que a política de gestão de negócios da Empresa encontra-se indubitavelmente no caminho certo.

Serão apresentadas, portanto, no bojo deste relatório diversas ações, algumas já concluídas e outras a concluir, com vistas ao provimento do suporte logístico necessário ao crescimento contínuo das atividades portuárias.

Os resultados da dragagem, por sua vez, já se fazem notar no Porto de Niterói, traduzidos na crescente motivação publicamente manifestada por parte das empresas concessionárias dos Terminais de Granéis Agrícolas e Carga Geral – NITPORT – e de Apoio Offshore e Reparos Navais – NITSHORE, cujos processos de arrendamento foram concluídos em agosto de 2005.

Em decorrência, novos e vultosos negócios, com grande potencial de geração de empregos e renda, começam a se desenvolver naquela unidade portuária, como é o caso do contrato firmado, em setembro próximo passado, entre a NITSHORE e a multinacional norueguesa VETCO, objetivando a montagem de módulos para a construção de plataformas de exploração de petróleo para a PETROBRÁS.

E no Porto do Rio de Janeiro não é diferente. Com os serviços de dragagem em curso, já se pode constatar a retomada das atividades operacionais de grande porte em berços que há mais de 10 anos vinham sendo subutilizados.

Merece destaque, inclusive, sob o aspecto de melhoria da infra-estrutura/logística portuária, a celebração do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro e a Prefeitura do Rio de Janeiro, amparado pelo Projeto Piloto de Investimentos – PPI, do Governo Federal, que prevê a destinação de 3,5 milhões de reais para a recuperação do acesso ferroviário ao Porto do Rio de Janeiro, com a remoção e indenização de 290 famílias na área do Jacarezinho/Arará.

A propósito, foram realizadas, em 2005, no BNDES, diversas reuniões com a Prefeitura do Rio de Janeiro, para tratar especificamente dos meios de consecução da ação de recuperação dos acessos rodoviários ao Porto do Rio de Janeiro, haja vista que o Governo Federal também garantiu para este fim 6,4 milhões de reais no PPI.

Cabe ressaltar que, segundo os levantamentos realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias - INPH, da CDRJ, na área de arruamento para a nova via de acesso ao Porto do Rio e o Projeto Básico elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, o custo total da obra ficou orçado em 18 milhões de reais, sendo que a CDRJ vem estimulando a Prefeitura a utilizar, como contrapartida, parcela da verba disponível em contrato, que esta mantém celebrado junto ao BNDES, para complementar o orçamento necessário ao custeio da aludida obra.

Nesse mesmo sentido, estuda-se a possibilidade de o mencionado contrato firmado entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o BNDES abranger o custeio de uma outra ação logística estratégica, qual seja a obra do novo traçado da Avenida Rio de Janeiro, iniciativa esta que conta com a decisiva participação do Governo Federal, representado pelo Ministério das Cidades.

E isto significa dizer que a área hoje ocupada pela referida avenida encontra-se em processo de negociação com as autoridades municipais, com vistas à sua incorporação à CDRJ, no sentido de viabilizar a expansão da retroárea do Porto do Rio de Janeiro, aparelhando-a com pátio ferroviário de ambas as bitolas, e/ou de instalações para armazenagem de contêineres e carga geral.

Assim sendo, pretende-se disponibilizar, no contexto do Porto do Rio de Janeiro, espaços alternativos destinados ao atendimento de novas demandas dos clientes potenciais, abrangendo, inclusive, aquelas a serem geradas no âmbito dos micro e pequenos exportadores que, brevemente, deverão se aglutinar em torno do projeto do Centro de Negócios e Logística, atualmente em fase de desenvolvimento em parceria com os CORREIOS, como desdobramento das conversações iniciais mantidas, em 2004, junto ao SEBRAE.

Merecem ser sublinhadas, também, sob o prisma da infra-estrutura/logística, as ações inerentes à expansão da capacidade da subestação de energia elétrica, à recuperação da pavimentação de pistas internas e à demolição do antigo Armazém Frigorífico do Porto do Rio de Janeiro, todas com índice de efetividade de execução superior a noventa por cento e a serem concluídas no início de 2006.

Ademais, foram realizados serviços de implantação e recuperação de barreiras físicas das instalações do Porto do Rio de Janeiro; serviços de recuperação de cercas de perímetro em áreas do Porto de Itaguaí e a licitação para a implantação do Sistema Integrado de Segurança – SIS, dos portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, tendo a respectiva homologação ocorrida em 19/12/2005.

De modo análogo, foram concluídas, no Porto de Itaguaí, a recuperação e implantação de pavimentação asfáltica das pistas internas; os serviços relativos aos projetos para adequação das instalações de controle de carga, além do processo licitatório para construção e instalação do Complexo Administrativo e Inspeção Fitossanitária, conforme homologação em 30/12/2005 e com previsão de assinatura do contrato para janeiro de 2006.

Além disso, a CDRJ vem sistematicamente promovendo ações com vistas à consolidação de seus pontos fortes e à exploração de suas potencialidades, bem como adotando medidas internas voltadas para a redução e/ou eliminação das vulnerabilidades observadas nos seus métodos e processos de gestão e, também, no tocante às ameaças externas.

Consoante o disposto no Planejamento Estratégico, procedeu-se, também no ano de 2005, ao arrendamento de áreas não operacionais de propriedade da Empresa, num total de oito imóveis, obtendo-se um valor mensal 60% superior ao valor mínimo fixado, além da vantagem de se transferir integralmente aos arrendatários das mesmas a responsabilidade pelos equivalentes impostos e demais custos de manutenção.

Quanto à política de administração e recursos humanos da CDRJ, merecem especial referência os procedimentos inerentes à revisão em curso do Plano Básico da Organização – PBO, além dos estudos, ora em fase conclusiva, relativos à implantação do tão aguardado Plano de Gestão de Carreiras – PGC, atualmente na dependência dos resultados das pesquisas de mercado realizadas por consultoria externa junto a empresas congêneres e outras estatais. Prevê-se que, no decurso do exercício de 2006, a correspondente Tabela Salarial seja formalmente adotada, com a conseqüente racionalização do volume de serviços extraordinários na Companhia, de conformidade com a expressa orientação emanada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ato contínuo, a Diretoria Executiva da CDRJ vem buscando solucionar questões ligadas à obtenção de certidões negativas de débitos fiscais e previdenciários, por meio do parcelamento de dívidas e da regularização dos encargos sociais e tributários, de modo a fortalecer o processo de recuperação econômico-financeira da Empresa.

É importante destacar que a CDRJ, apesar das dificuldades financeiras existentes, já assumiu compromisso formal junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no sentido de resolver as pendências constatadas. Quanto aos débitos não ajuizados, verificados junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, o parcelamento já foi concretizado e relativamente aos débitos ajuizados, os procedimentos jurídicos pertinentes estão sendo também adotados, visando ao parcelamento do montante devido.

Complementando as ações supra mencionadas, foi requerida, junto ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho – TRT, a concentração das execuções trabalhistas em uma só Vara do Trabalho, com a limitação do percentual mensal de 5% da receita da Companhia, para a satisfação dos créditos determinados em juízo. Por força do indeferimento do pleito, impetrou-se recurso ao Órgão Especial do Tribunal, o qual se encontra no aguardo de julgamento.

A medida em tela objetiva proteger as finanças da CDRJ, evitando bloqueios repentinos de conta/receita e permitindo uma melhor programação financeira da Empresa, a qual vem sendo duramente prejudicada em razão das inúmeras execuções de ordem trabalhista, cujos valores, muitas vezes, superam o da própria arrecadação mensal.

Relativamente às exigências constantes do Plano de Segurança Pública Portuária da CDRJ, e conforme preconiza o Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code), destacaram-se, no ano de 2005, a contratação, formação e treinamento de 270 novos Guardas Portuários; a aquisição de armamento e fardamento novos; a reciclagem para todo o efetivo dos Guardas antigos e a aquisição de micro-ônibus para o transporte dos Guardas Portuários aos postos de trabalho.

Estão previstos, ainda, investimentos em aquisição e implantação de cancelas e catracas nos acessos, a integração de todos os subsistemas de informação da área primária sob o controle da Autoridade Portuária, a construção de portões de acesso, a melhoria da iluminação viária e dos acessos portuários e a construção e recuperação de muros e cercas de delimitação.

Ao término da etapa final de implantação do ISPS Code, em dezembro de 2006, passará a ser possível a garantia de modernas condições de segurança das instalações portuárias, de embarcações, mercadorias, veículos e pessoas no âmbito dos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, em estrita harmonia com as normas internacionais definidas pela Organização Marítima Internacional – IMO.

Em suma, a Diretoria-Executiva da Companhia Docas do Rio de Janeiro, durante o exercício de 2005, permaneceu, segundo o Planejamento Estratégico da Empresa, no firme propósito de resgatar a sua saúde financeira, pautando-se na implementação do seu Plano de Ação, como também na missão, visão e diretrizes contidas no PBO da Instituição.

Por fim, vale salientar que, na prática, a síntese dessa busca consistiu tão somente na conjugação de empreendedorismo administrativo, empenho do quadro de empregados, parcerias com o setor privado e entendimentos entre os três níveis de governo, de sorte a capacitar a CDRJ para a efetiva assunção do papel que lhe cabe como Autoridade Portuária, no universo do complexo portuário do Estado do Rio de Janeiro.

2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

2.1. Razão Social: Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ.

2.2. CNPJ: 42.266.890/0001-28.

2.3. Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista.

2.4. Vinculação Ministerial: Ministério dos Transportes.

2.5. Endereço: Rua do Acre, 21- Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20081-000 / Tel: (21) 3232-5109 / Fax: (21) 3232-5105.

2.6. Endereço da Página Institucional na Internet: www.portosrio.gov.br

2.7. Código e Nome do Órgão, das Unidades Gestoras (Ugs) e Gestões Utilizados no Siafi: A CDRJ não possui no momento.

2.8. Normas de Criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada: Constituída com a publicação do Decreto-Lei nº 256, de 28.2.1967, tem por objetivo realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério dos Transportes, a administração e a exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro. Para complementação dos serviços estabelecidos pela legislação, poderão ser desenvolvidas atividades afins, conexas e acessórias, industriais, comerciais e de prestação de serviços. É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/67 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 8.630/93, segundo a qual a empresa passou a exercer também a função de Autoridade Portuária dos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

2.9. Normas que Estabelecem a Estrutura Orgânica no Período de Gestão sob Exame: *Plano Básico da Organização – PBO, aprovado na 418ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 03 de dezembro de 2001, considerando-se o contido no Ofício nº 349/MP/SE, de 11 de outubro de 2001.*

2.10. Publicação da última alteração do Estatuto no Diário Oficial do Rio de Janeiro em 25 de novembro de 2005, referente à Assembléia Geral Extraordinária de 20 de setembro de 2005.

3. METAS E OBJETIVOS

3.1. DEFINIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE INFORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO INTEGRADO.

Objetivo – Elevar a qualidade dos serviços ao nível de excelência, modernizando os sistemas internos de informação, visando a satisfazer as necessidades dos clientes e usuários internos e externos.

Estratégia – Dotar a CDRJ do instituto de alinhamento sistemático dos processos, conforme princípios contidos no Plano Básico da Organização, alicerçado por um sistema integrado em rede. Promover a inserção do Projeto Supervia de dados na CDRJ.

Ação – Contratação de uma empresa de consultoria para redefinir e informatizar procedimentos. Conceber e implantar uma política de informação e informatização, com a aquisição de novas tecnologias (software e hardware) capazes de viabilizá-la, a partir de levantamento de necessidades, pela área de Planejamento, com suporte da Divisão de Informática. Aquisição de equipamentos de informática; substituição de equipamentos obsoletos; constituição de Grupo de Trabalho para elaborar projeto de atualização do site da CDRJ e implantação do sistema Supervia de dados.

Período de Execução – 03/05/2004 a 29/12/2006.

Comentário – De acordo com o novo cronograma do Plano de Ação, definido no II Seminário de Planejamento Estratégico, em 2005, o prazo de execução acima é fruto de reprogramação.

Em consequência da ausência de fornecedores quando da licitação em 2005, foram repensados os meios para a consecução deste objetivo. Serão desmembradas, em 2006, as formas de licitação na modalidade de Pregão e de Concorrência, respectivamente, para aquisição de 146 microcomputadores e 64 impressoras, e de 2 servidores, necessidades estas assentadas no levantamento realizado junto às áreas da empresa. Há de se ressaltar que, o total geral do levantamento de necessidades de software e hardware foi de 197 microcomputadores, 77 impressoras e 2 servidores, além de sistemas informatizados em módulos de faturamento e cobrança, primeiros a serem implantados, e os módulos de contas a pagar, orçamento, planejamento, material, suprimento, ativo fixo, contabilidade, gerenciamento e folha de pagamento. Deste universo, foram adquiridos, no exercício de 2004, 51 microcomputadores e 13 impressoras. Adiciona-se, ainda, a conclusão, em 2005, pela FUSP, do projeto básico dos módulos de faturamento e cobrança, restando a aprovação da Diretoria Executiva quanto aos meios para a implantação. Com relação aos projetos de atualização do site da CDRJ, não obstante às adequações já promovidas em 2005, e da implantação do sistema Supervia de dados, cabe ressaltar que foram criados grupos de trabalho no sentido de prover soluções para as referidas questões, estando prevista a conclusão dos trabalhos até dezembro de 2006.

No que concerne ao Sistema Supervia Eletrônica de Dados:

- O Sistema Supervia Eletrônica de Dados teve sua implantação na CDRJ coberta pelo Contrato C-SUPJUR N° 035/2003, de 05/11/2003, e por seu Termo Aditivo C-SUPJUR N° 049/2004, de 21/09/2004. Os serviços propostos foram terminados em 04/11/2004, tendo sido objeto de três Ordens de Serviço publicadas pela Presidência da CDRJ, no sentido de formalizar o atendimento a novos padrões de informação eletrônica para troca de dados entre CDRJ, Arrendatários, Operadores Portuários e Agentes Marítimos;
- As Ordens de Serviço publicadas são: a) O.S. DIRPRE N° 009/2004, estabelecendo a implantação do sistema com a operação do Módulo 1 – Solicitação para Utilização de Infra-Estrutura Aquaviária (Pedido de Atracação – PA) a partir de 01/01/2004; b) O.S. DIRPRE N° 012/2004, estabelecendo a operação do Módulo 2 (Boletim de Descarga e Embarque) e do Módulo 3 (Manifesto de Carga), no Porto do Rio de Janeiro, a partir de 01/07/2004; c) O.S. DIRPRE N° 21/2004, estabelecendo a operação do Módulo 2 (Boletim de Descarga e Embarque) e do Módulo 3 (Manifesto de Carga), no Porto de Itaguaí, a partir de 18/10/2004;
- Em 24/11/2004, a CDRJ expediu comunicado aos Sindicatos dos Operadores Portuários do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Itaguaí quanto à necessidade do envio dos Boletins de Descarga e Embarque por troca eletrônica de arquivos, por parte dos operadores portuários com atuação nos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí;
- Em 07/01/2005, a CDRJ expediu comunicado ao Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Atividades Afins do Rio de Janeiro – SINDARIO, quanto a necessidade do treinamento de usuários do sistema Supervia de Dados com vistas ao atendimento do Módulo 3, tal iniciativa se prendeu ao quantitativo de erros gerados na troca eletrônica de arquivos;
- Em 12/01/2005, foi realizada reunião de trabalho com representantes dos operadores portuários que atuam no Porto de Itaguaí, no sentido de ultimar o envio de informações correspondentes ao Módulo 2 para as operações portuárias realizadas naquele porto
- A CDRJ, através da Diretoria de Gestão Portuária, expediu cartas entre os dias 13/06/2005 e 15/06/2005 aos diversos intervenientes externos para atendimento ao sistema Supervia de Dados;
- Em 21/06/2005, é assinado o Contrato C-SUPJUR N° 046/2005 destinado à prestação de serviços voltados à manutenção dos Módulos Operacionais da Supervia Eletrônica de Dados, visando a contínua operação do sistema, para os portos do Rio de Janeiro e Itaguaí;
- Nos dias 20/06/2005 e 21/06/2005, foram realizadas reuniões de trabalho envolvendo, respectivamente, operadores portuários e agentes marítimos, no sentido de estabelecer o prazo final de 01/07/2005 para atendimento ao sistema Supervia de Dados;

- Nos dias 11/07/2005 e 20/07/2005, foram realizadas reuniões com o pessoal interno da CDRJ envolvido diretamente com a operação do sistema Supervia de Dados, no sentido de equacionar as últimas pendências para atendimento operacional do sistema;
- Em 06/12/2005, a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – FUSP encaminha carta à CDRJ, em resposta à CT-SUPMAK Nº 23118/2005.

Comentando especificamente a carta procedente da FUSP, merecem destaque os seguintes aspectos:

- Ficou restando a implementação da conectividade do sistema Supervia de Dados com o OGMO, sendo necessária a conclusão das tratativas entre a CDRJ e o Órgão Gestor de Mão de Obra, no sentido de possibilitar ao referido sistema recuperar as informações.
- Todas as empresas, quer sejam operadores portuários ou agentes marítimos, estão em condições de enviar os Boletins e Manifestos, no entanto, persistem situações que não permitem o funcionamento completo do sistema Supervia de Dados.
- Ressalta-se que o contrato de manutenção firmado com a FUSP para o sistema Supervia de Dados prevê os serviços de manutenção preventiva e corretiva de eventuais falhas das aplicações do sistema, o desenvolvimento de rotinas complementares por imposição legal e/ou administrativa, o desenvolvimento de sistemas complementares por imposição legal e/ou administrativa, a implantação de novas rotinas operacionais, quando necessário, e o atendimento e suporte aos usuários internos e externos.

3.2. DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICA DE SEGURANÇA DA CDRJ X ISPS CODE

Objetivo – Prover segurança às instalações portuárias e embarcações, controlando o acesso de pessoas, veículos e cargas, visando a criar um ambiente de credibilidade junto aos clientes internos e externos.

Estratégia – Dotar a CDRJ de uma política de segurança observando os preceitos contidos no ISPS CODE incluindo os seguintes sistemas: Segurança Terrestre, Segurança Marítima, Segurança Ambiental e Segurança de Informações e Gerenciamento.

Ação – Promover a inserção do projeto do ISPS CODE, contratando empresa de consultoria com vistas a definir um plano de segurança, uma engenharia de sistemas e um estudo de análise de risco.

Período de Execução – 15/01/2004 a 19/12/2006.

Comentários – De acordo com o novo cronograma do Plano de Ação, definido no II Seminário de Planejamento Estratégico, em 2005, o prazo de execução acima é fruto de reprogramação.

A implantação do “International Ship and Port Facility Security Code – ISPS Code” propiciou a adequação do sistema portuário nacional às normas estabelecidas para a segurança dos terminais e acessos aos portos fluminenses. Os investimentos repassados, no montante de R\$ 8,9 milhões, vêm sendo utilizados de acordo com os Cronogramas de Implantação dos Planos de Segurança dos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí e que prevêm a adequação dos controles de acesso, das unidades de segurança e obras de fechamento, modernização dos controles de acesso, reforma das portarias e vias internas, além da implantação dos centros de controle e comando de operações. Conseqüentemente, foi feita aquisição e implantação de cancelas e catracas, recuperação de canaletas e dutos, restabelecimento de iluminação, implantação de placas de informações, aquisição de equipamentos para a Unidade de Segurança, aquisição de fardamento para a Guarda Portuária, aquisição de equipamentos de segurança e armamento, a contratação e formação do efetivo da Guarda Portuária, a construção e recuperação de portarias e portões de acesso, construção e recuperação de muros, prédios e acessos, além da implantação dos sistemas de segurança e adequação dos veículos de segurança.

Detalhamentos:

- Contratação, formação e treinamento de 270 (duzentos e setenta) novos Guardas Portuários.
- Aquisição, por meio de processo licitatório, de 170 (cento e setenta) pistolas TAURUS, modelo PT-938, e 4.000 (quatro mil) munições do mesmo calibre.
- Reciclagem para todo o efetivo dos Guardas antigos da corporação.
- Aquisição, por meio de processo licitatório, do fardamento para todo o efetivo da SUPGUA.
- Aquisição, mediante processo licitatório, do Sistema Integrado de Segurança, compreendendo a instalação do circuito interno de TV e do sistema de controle de acesso ao Cais de pessoas e veículos.
- Aquisição de micro-ônibus, mediante processo licitatório, para o transporte dos integrantes da Guarda Portuária aos Postos de Serviço.
- Aquisição de motocicletas, mediante processo licitatório, para o patrulhamento na área primária do Cais.
- Aquisição, mediante processo licitatório, de aparelhos de ar-condicionado a serem instalados no CFTV, Sistema de Cadastro, Postos de Suporte e Credenciamento no Porto e Administração.
- Aquisição, mediante processo licitatório, de microcomputadores, correlatos e equipamentos de áudio-visual, objetivando informatizar os serviços de cunho administrativo da Guarda Portuária nos Portos administrados pela CDRJ.
- Aquisição, mediante processo licitatório, de equipamentos fisioterápicos destinados ao aprimoramento do condicionamento físico dos Guardas Portuários.
- Aquisição, mediante processo licitatório, de mobiliários para a Guarda Portuária, objetivando otimizar as suas atividades de cunho administrativo bem como as exercidas nos Postos de Serviço nos Portos administrados pela CDRJ.
- Aquisição de barreiras de contenção de segurança, objetivando a execução do cercamento de perímetro nas subestações de energia e nas áreas das caixas d’água existentes ao longo do Cais.
- Aquisição de equipamentos de sinalização viária para períodos diurnos e noturnos.
- Aquisição, mediante processo licitatório, de rádios do tipo VHF, a serem instalados nas viaturas que servem à Guarda Portuária, nos Portos administrados pela CDRJ.

3.3. DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Objetivo – Prover a CDRJ de um programa de atualização sistemática organizacional, compreendendo a padronização do fluxo de informações, controle e supervisão dos processos internos da Companhia e a gestão do conhecimento. Dotar a CDRJ de programa de motivação e capacitação do seu capital humano e fazer periodicamente diagnóstico dos recursos humanos da Companhia.

Estratégia – Implantar Plano de Gestão de Carreiras; redefinir lotação e realocar pessoal, além de desenvolver e implantar política de O&M.

Ação – Levantar lotação e necessidades de pessoal por departamento; desenvolver o programa de capacitação e treinamento; manter o Plano Básico da Organização atualizado; garantir o entendimento e cumprimento do Plano Básico da Organização por parte dos ocupantes de cargos comissionados e demais empregados da Companhia; padronizar todos os documentos formais de comunicação e controle interno.

Período de Execução – 09/03/2004 a 15/09/2006.

Comentários – De acordo com o novo cronograma do Plano de Ação, definido no II Seminário de Planejamento Estratégico, em 2005, o prazo de execução acima é fruto de reprogramação.

A CDRJ procedeu, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Estado do Rio de Janeiro – S.T.S.P.P.E.R.J., aos estudos com vistas à formalização do Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de 1º de junho de 2005 a 31 de maio de 2006. A oficialização do citado Acordo, ainda não foi concretizada, por considerar aquele órgão de classe que algumas cláusulas vão de encontro aos interesses dos trabalhadores, razão pela qual o ACT deverá ser objeto de Dissídio Coletivo de Trabalho.

A empresa procedeu, também, em conjunto com a L F Consultores & Associados Ltda., contratada para a montagem de um novo plano de cargos e salários, consoante orientações recebidas da Diretoria Executiva da Casa e do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, à continuação dos estudos, dentre eles, a elaboração de uma nova Tabela Salarial, resultante de pesquisa salarial envolvendo empresas pares e outras estatais, no sentido da implantação, ainda no Exercício de 2006, de um novo Plano de Gestão de Carreiras – PGC no âmbito da Companhia.

Foram implementadas ainda, no exercício em questão as práticas próprias resultantes do Concurso Público Seletivo para o cargo de Guarda Portuário, realizado no exercício de 2004, bem como, aquelas decorrentes dos parâmetros exigidos nos Planos de Segurança Pública da CDRJ dos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, aprovados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias – CESPOTOS e aprovado, também, pela Comissão Nacional de Segurança Pública – COMPORTOS, confirmados, respectivamente, em Atas datadas de 14 e 15 de junho de 2004 e, ainda, considerando os efetivos propostos para a CDRJ em atenção ao ISPS CODE – Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias.

Em atenção ao disposto no Decreto nº 5.123, de 01/07/2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22/12/2003, desenvolveu-se, através da Fundação de Estudos do Mar – FEMAR, treinamento específico de atualização, segundo os ditames do ISPS CODE, de 92 (noventa e dois) empregados ocupantes de cargos próprios da Guarda Portuária da Companhia. Nesse sentido, foram implementados treinamentos, visando à identificação e prática dos procedimentos de segurança patrimonial, de movimentação de veículos e pessoas nas instalações portuárias e em suas vias de circulação, e ainda às disciplinas envolvendo relações humanas no trabalho, defesa pessoal, armamento, conhecimentos profissionais do Guarda Portuário, técnicas de controle de multidão, de inspeção, controle e monitoramento, métodos de revista de pessoal, carga, bagagens e provisões de navio, entre outras. Ademais, através da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, e em atendimento a legislação citada, promoveu-se a avaliação psicológica dos Guardas Portuários recém contratados, como também, dos já existentes no Quadro de Pessoal da Empresa.

A CDRJ desenvolveu junto ao Centro de Treinamento Profissional instituído pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP/RJ e, em parceria com a Diretoria de Portos e Costas – DPC e Fundação de Estudos do Mar – FEMAR, com recursos próprios e/ou provenientes do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, programas de treinamento interno e externo para 603 (seiscentos e três) alunos, sendo 342 (trezentos e quarenta e dois) empregados da CDRJ, e 361 (trezentos e sessenta e um) indicados pelo OGMO – Órgão Gestor de Mão-de-Obra/Capitania dos Portos/PREPOM.

Promoveu-se, também, a nível gerencial, um total de 2.668 (duas mil, seiscentos e sessenta e oito) horas de treinamento, na forma abaixo descrita:

1- horas de treinamento formal de Diretores	80 h
2- horas de treinamento formal de Superintendentes	1.880 h
3- horas de treinamento formal de Gerentes	316 h

A CDRJ ampliou as atividades já desenvolvidas no exercício passado, que resultaram na formalização de Convênios com instituições de ensino de diversos níveis (fundamental, médio, técnico, universitário e de especialização), com a finalidade de concessão de desconto nas mensalidades aos empregados e a seus dependentes em cursos de formação. Com efeito, foram incluídas na grade de instituições conveniadas o Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro – UNIVERCIDADE; Universidade Veiga de Almeida; Associação Brasileira de Ensino Universitário; Liceu de Artes e Ofícios; Faculdade Béthencourt da Silva, Yelding English School., Universidade Gama Filho e a Universidade Estácio de Sá.

A Empresa manteve, além disso, entendimentos junto à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro – SEE/RJ, com a finalidade da implantação, através de convênio, de um Centro de Ensino Supletivo - CES, para atendimento da comunidade portuária, situação esta que deverá estar concluída ainda no primeiro trimestre do exercício de 2006.

Selecionou e acompanhou o Programa de Estágios da CDRJ, que contempla 102 vagas/ano para estagiários de nível médio e de ensino superior, requisitando estudantes aos agentes de integração Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE e da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social – MUEDES, com os seguintes custos referentes à concessão de estágios de formação profissional:

MÉDIA MENSAL DE ESTAGIÁRIOS	CUSTO CIEE	CUSTO MUDES	CUSTO TOTAL
88	186.723,00	189.495,00	376.218,00

A CDRJ encerrou o exercício de 2005 com 912 empregados, correspondendo a um acréscimo de 20,3% ao quantitativo do ano anterior, em decorrência, ainda, das contratações de empregados para o cargo de Guarda Portuário, dentro das vagas estipuladas no Concurso Público Seletivo realizado em 2004, conforme discriminação a seguir.

QUANTIDADE DE EMPREGADOS			
2005	2004	2003	2002
912	727	658	671

OBS: Base mês de dezembro

PLANO	FREQUENCIA	PERCENTUAL
I - NÍVEL SUPERIOR	155	16
II - NÍVEL TÉC./MÉDIO	625	68
III - NÍVEL OP./MANT.	101	11
IV - MARÍTIMOS	4	1
CARGOS COMISSIONADOS	22	3
EXTRA QUADRO	5	1
TOTAL	912(*)	100

OBS: Base mês de dezembro

(*)

67 (sessenta e sete) empregados encontram-se aposentados por invalidez, sendo computados somente para efeito de frequência;

05 (cinco) empregados EXTRA QUADRO (não optarem pelo PUCS) fazem parte do efetivo de aposentados por invalidez;

22 (vinte e quatro) ocupantes de Cargos Comissionados não pertencem ao Quadro de Pessoal da CDRJ;

59 (cinquenta e nove) empregados encontram-se lotados no Ministério dos Transportes, em Brasília;

O Custo de pessoal da CDRJ (folha de pagamento e benefícios) apresentou a seguinte evolução:

Folha de Pagamento

EXERCÍCIO	CUSTO TOTAL DE PESSOAL	CUSTO MÉDIO/EMPREGADO
2003	38.853.810,15	4.566,74
2004	46.264.327,01	5.353,43
2005	49.913.119,77	6.266,00

Assistência Médica

ANO	PARCELA CDRJ	PARCELA EMPREGADO	CUSTO TOTAL
2003	2.076.822,38	762.509,79	2.839.332,17
2004	2.712.085,90	890.699,87	3.602.785,77
2005	3.799.865,75	1.081.101,55	4.880.967,30

Auxílio Alimentação

ANO	PARCELA CDRJ	PARCELA EMPREGADO	CUSTO TOTAL
2003	1.853.038,17	243.675,72	2.096.713,89
2004	2.376.894,25	251.091,73	2.627.985,98
2005	3.611.873,68	363.750,09	3.975.623,77

Vale Transporte

ANO	PARCELA CDRJ	PARCELA EMPREGADO	CUSTO TOTAL
2003	407.969,15	188.138,68	596.107,83
2004	448.059,00	201.140,19	649.199,19
2005	857.943,28	330.027,28	1.187.971,05

Auxílio Creche

ANO	MÉDIA MENSAL BENEFICIÁRIOS	CUSTO MÉDIO MENSAL CDRJ	CUSTO TOTAL
2003	32	3.368,40	40.420,85
2004	45	3.038,65	36.463,80
2005	37	5.703,42	68.441,00

Incentivo à Educação de Nível Fundamental*

ANO	MÉDIA MENSAL BENEFICIÁRIOS	CUSTO MÉDIO MENSAL CDRJ	CUSTO TOTAL
2005	59	8764,67	105.176,00

* Novo benefício concedido pela CDRJ por meio da Cláusula Sétima do ACT 2004/2005, para reembolso no valor unitário de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) ao empregado que tiver dependente cursando da 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

No tocante ao benefício da Complementação de Aposentadoria, no Exercício de 2005 a CDRJ despendeu a importância de R\$ 9.450.597,98.

Quanto à área de Administração, visando a atualizar e garantir o entendimento do Plano Básico Organizacional – PBO da CDRJ, objetivo previsto no Planejamento Estratégico, foram realizadas, em 2005, a elaboração de formulário para este fim; a identificação dos órgãos responsáveis pela execução dos processos operacionais; confecção dos formulários, identificando os processos para encaminhamento aos usuários; edição de Circular Interna às Superintendências responsáveis pelos processos e o recebimento parcial dos formulários após análise dos usuários. Restam, ainda, o recebimento complementar dos formulários; a análise das propostas e reunião com os órgãos; a coleção das alterações para submetê-las à aprovação superior; a edição do novo PBO, contemplando as atualizações aprovadas pela DIREXE e CONSAD e a distribuição do PBO a todos os órgãos da CDRJ.

3.4. FORTALECIMENTO DA CDRJ COMO CENTRO DE GESTÃO E NEGÓCIOS.

Objetivo – Estabelecer uma política de negócios na Companhia para consolidar os negócios já existentes e atrair novos parceiros visando à diversificação e a geração de oportunidades aos micro e pequenos empresários.

Estratégia – Identificar e analisar oportunidades de negócios para a CDRJ; estabelecer alianças estratégicas com atores no mercado nacional e internacional; estabelecer novas formas de negócio de logística afins à atividade portuária.

Ação – Estabelecer sistema de informações necessárias, suficientes e eficientes para registro, recuperação e análise de mercado; ouvir permanentemente clientes e usuários da CDRJ, sistematizando os resultados para uso interno; trabalhar sistematicamente na divulgação da imagem institucional da empresa e seu comprometimento; disponibilizar área e meios, inclusive legais, para o atendimento a pequenos empresários, operadores, exportadores e importadores. Desenvolver pesquisas de mercado, identificando clientes em potencial e promovendo o reconhecimento geográfico e econômico de oportunidades quanto ao transporte de mercadorias que possam despertar interesse de parceria. Estuda-se, inclusive, a possibilidade de implantação de um Centro de Negócios e Logística ligado à Superintendência de Marketing, órgão da Presidência da Companhia.

Período de Execução – 09/3/2004 a 31/12/2006.

Comentário – De acordo com o novo cronograma do Plano de Ação, definido no II Seminário de Planejamento Estratégico, em 2005, o prazo de execução acima é fruto de reprogramação.

No exercício em questão foram desenvolvidas diversas iniciativas com vistas à criação de mecanismos comerciais capazes de dinamizar a atuação da CDRJ no contexto da economia regional. Como atuação objetiva, foram desenvolvidos entendimentos com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - CORREIOS, no sentido da promoção de estudos conjuntos de medidas que estimulem e aumentem a viabilidade e incremento da participação das empresas de pequeno porte na exportação pelos portos do Rio de Janeiro. Tal medida visa a integrar o sistema Exporta Fácil dos CORREIOS com o sistema portuário, o que deverá acontecer, mediante formalização de Acordo de Cooperação com os CORREIOS, já no primeiro semestre de 2006.

Outras ações comerciais implementadas pela CDRJ durante o exercício de 2005:

- Elaboração dos editais de licitação, dos processos licitatórios e celebração, em agosto/2005, dos contratos de arrendamento do Terminal de Granéis Agrícolas e Carga Geral e do Terminal de Apoio Offshore do Porto de Niterói.
- Desenvolvimento de estudos relativos à apresentação do novo Plano de Zoneamento Portuário do Porto de Itaguaí ao Conselho de Autoridade Portuária – Itaguaí, a ser realizado em março do próximo exercício.
- Elaboração de estudos técnicos de engenharia e de modelagem físico-financeira visando à implantação da Zona de Apoio Logístico (ZAL) do Porto de Itaguaí.

- Acompanhamento técnico e financeiro das obras de investimento referentes aos programas Agenda Portos e Projeto Piloto de Investimentos.
- Elaboração de modelagem físico-financeira e estudos técnicos com vistas ao arrendamento do Terminal de Uso Múltiplo do Porto do Rio de Janeiro e do Terminal de Minério de Ferro e Outros Granéis Sólidos do Porto de Itaguaí, cujas audiências públicas foram realizadas, respectivamente, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2005.
- Representação oficial, com instalação de estande promocional, na INTERMODAL 2005 – Feira Internacional de Transportes e Serviços de Comércio Exterior, realizada no período de 1 a 3 de junho, em São Paulo – SP.
- Representação oficial da CDRJ, com instalação de estande promocional, no V Oeste Export, realizada no período de 22 a 25 de junho, no Rio de Janeiro – RJ.
- Representação oficial da CDRJ, com instalação de estande promocional no XIV Congresso Latino-americano de Portos, realizado no período de 12 a 15 de junho, no Rio de Janeiro – RJ.
- Representação oficial da CDRJ, com instalação de estande promocional na II Navalshore, realizada no período de 11 a 13 de maio, no Rio de Janeiro – RJ.
- Desenvolvimento de uma página na internet voltada para as ações comerciais e de marketing da Companhia.
- Conclusão dos levantamentos necessários à revisão das tarifas portuárias da CDRJ com encaminhamento à ANTAQ para análise e aprovação.
- Renegociação dos contratos de arrendamento dos terminais de carvão e de minério de ferro do Porto de Itaguaí em bases comerciais mais favoráveis para a CDRJ e viabilizando a atração de novas cargas.

3.4.1. Atividades Complementares da CDRJ Desenvolvidas pelo INPH

Os trabalhos realizados pelo INPH em 2005 decorreram de contratos e/ou convênios de prestação de serviços firmados com entidades públicas e privadas e compreendem as seguintes atividades:

- Proteção costeira.
- Ampliação e implantação de portos.
- Projetos de dragagem e sinalização náutica.
- Estudos em modelagem matemática.
- Estudos em modelos físicos.
- Levantamento e análise de dados ambientais.
- Visitas técnicas de inspeção.

3.4.1.1. Convênios e Contratos Firmados em 2005

- **Cliente:** Prefeitura Municipal de Paulista, Estado de Pernambuco.
Objeto: Convênio de cooperação técnica para o desenvolvimento de programas de pesquisas e estudos na área de engenharia, a serem realizados no litoral do Município de Paulista. Convênio em andamento.

- **Cliente:** Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON.
Objeto: Contrato para execução de serviços especializados para a elaboração de anteprojeto de construção e recuperação das obras marítimas da Base Naval Del Cerro, em Montevideu, Uruguai.

- **Clientes:** Empresa Gerencial e Projetos Navais.
Armada de La Republica Oriental Del Uruguay.
Objeto: Contrato para fornecimento à EMGEPRON de estudo preliminar e de anteprojeto do molhe de proteção e do cais da futura Base Naval Del Cerro.

- **Cliente:** Cia. Docas do Espírito Santo – CODESA.
Objeto: Convênio (em negociação) para a realização de estudos e simulações em modelagem matemática, referentes ao projeto de dragagem do canal de acesso e bacia de evolução do Porto da Barra do Riacho e carta-proposta para o acompanhamento dos serviços de dragagem da bacia de evolução e berços de atracação no Porto de Vitória.

- **Cliente:** Instituto Militar de Engenharia - IME - Fundação Ricardo Franco.
Objeto: Convênio de cooperação técnica e apoio financeiro entre o Ministério dos Transportes, assistido pela Secretaria de Política Nacional de Transportes, e a Fundação Ricardo Franco, para o levantamento do estado da arte da infraestrutura e do desenvolvimento tecnológico dos portos brasileiros. Por este Convênio foram vistoriados 37 portos. Convênio concluído.

- **Cliente:** Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.
Objeto: Convênio para o desenvolvimento de Projeto Básico para implantação de um terminal pesqueiro na Ilha do Caju, no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro - RJ.

- **Cliente:** Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado do Ceará – SEINFRA.
Objeto: Contrato para a execução de estudos hidráulicos e monitoramento ambiental para complementação das obras da primeira fase do Terminal Portuário do Pecém - CE.

- **Cliente:** Companhia Docas do Ceará – CDC.
Objeto: Carta-proposta para a execução de levantamento batimétrico no canal de acesso, bacias de evolução e cais de atracação no Porto de Mucuripe, na cidade de Fortaleza.

- **Cliente:** Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes - DERTES, do Governo do Estado do Espírito Santo.
- **Objeto:** Estudos, em modelagem matemática, da erosão da orla marítima das praias de Marataízes e Piúma.

Além das instituições retromencionadas, o INPH manteve vínculos de cooperação e intercâmbio técnico com as seguintes entidades públicas e privadas, no Brasil e no exterior:

- Water & Environment Institute – DHI – Laboratório da Dinamarca.
- Fundação Estadual de Estudos do Meio Ambiente – FEEMA – RJ.
- Comandos da Marinha do Brasil
 - Diretoria de Hidrografia e Navegação – DHN.
 - Diretoria de Portos e Costas – DPC.
 - Diretoria de Obras Civas da Marinha – DOCM.
 - Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira – IEAPM.
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente – RJ.
- Secretaria Estadual de Meio Ambiente – RJ.
- Ministério da Integração Nacional.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- Universidade Federal do Ceará – UFC.
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
- Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALE.

3.4.1.2. Serviços Internos Prestados pelo INPH no Âmbito da CDRJ

A Docas do Rio Autoridade Portuária tem como um de seus objetivos a manutenção dos acessos marítimos dos portos sob sua administração. Para tanto, é necessário o conhecimento atualizado das profundidades dos fundos marinhos, uma vez que os processos oceânicos podem ocasionar sedimentação e assoreamento desses acessos. Nesse sentido, o INPH desenvolveu internamente as seguintes atividades:

- Assessoria para captação dos investimentos necessários à infra-estrutura aquaviária da CDRJ, junto ao Ministério dos Transportes
- Execução de sondagens a percussão para implantação do anel rodoviário de acesso ao Terminal do Caju.
- Agenda Portos.
- Levantamentos batimétricos nos portos da CDRJ.

- Atualização permanente dos calados operacionais.
- Monitoramento da sinalização náutica dos portos e intercâmbio com as Autoridades Marítimas (DHN), visando ao aumento da eficácia da sinalização.
- Execução do projeto/edital de dragagem do Porto do Rio.
- Execução do projeto/edital de dragagem do Porto de Niterói.
- Execução de diversos anteprojetos de infra-estrutura aquaviária (cais) para os Portos do Rio, Itaguaí e Angra dos Reis, terminais de *supply-boat*, porto-ilha, expansão do cais da Gamboa, Terminal de Granel Líquido, Terminal Manguinhos, etc.
- Gestão de Dragagem

No âmbito dos projetos e acompanhamento dos serviços de dragagem no Porto do Rio de Janeiro, o INPH fiscalizou para a CDRJ os seguintes serviços:

Áreas: A-1 - Trecho inicial do canal de acesso ao Tecon
A-7 - Canal de acesso entre Gamboa e São Cristóvão
A-8 - Berço de atracação do cais de São Cristóvão
A-6 - Acesso e berços de atracação do cais dos Produtos Siderúrgicos de São Cristóvão

Volume contratado: 596.829 m³

Volume realizado até 22/12/2005: 127.978 m³, com saldo para 2006.

Dragas utilizadas: junto ao cais e materiais de maior consistência = dragas do tipo clam shell (CS) + batelões lameiros e dragas auto-transportadoras (AT) para os acessos e materiais de menor consistência.

Contratada: Bandeirantes Dragagem e Construção Ltda.

Início: 13/09/2005.

Término previsto: 13/06/2006

Valor global estimado: R\$ 9.643.269,48 (lo = nov/2004).

Áreas: A-2 - Trecho do Canal de Acesso ao Tecon e Bacia.

A-3 - Acesso e berços do Tecon.

A-4 - Acesso e berços do Ro-Ro.

Volume contratado: 1.200.000 m³.

Volume realizado até 26/12/2005: 135.481 m³, com saldo para 2006.

Dragas utilizadas: autotransportadora (AT), estando prevista draga (CS) para materiais de maior consistência.

Contratada: DRAGAPORT Engenharia Ltda.

Início: 21/10/2005.

Término previsto: até 21/12/2006.

Valor global estimado: R\$ 18.060.000,00 (lo = mai/2005).

No âmbito dos projetos e acompanhamento dos serviços de dragagem no Porto de Niterói, o INPH fiscalizou para a CDRJ os seguintes serviços:

Volume contratado: 377.000 m³.

Volume de detritos: 2.000 m³.

Volume dragado até 06/12/2005: 173.815 m³.

Dragas utilizadas: dragas (CS) para as dragagens junto aos berços de atracação e materiais de maior consistência e dragas (AT) para demais trechos.

Início: 21/07/2005.

Término previsto: 21/03/2006.

Contratada: Bandeirantes Dragagem e Construção Ltda.

Valor global estimado: R\$ 6.123.564,00 (lo = nov/2004).

3.4.1.3. Relatórios Técnicos Emitidos pelo INPH

Apresentam-se, a seguir, as atividades desenvolvidas pelo INPH no contexto do território nacional, com a emissão dos respectivos relatórios técnicos:

- **Maranhão**

Análise sedimentológica de amostras coletadas junto ao Porto de Itaqui.

Parecer técnico sobre a interferência das instalações portuárias do pólo siderúrgico de São Luís na área do Porto Organizado de Itaqui.

Estudo, por modelagem matemática, do Porto de Itaqui, e emissão de Nota Técnica sobre dispersão de sedimentos lançados nas áreas pré-estabelecidas dos materiais dragados.

- **Ceará**

- **Pecém**

Fruto do contrato firmado com o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Infra-estrutura – SEINFRA, o INPH vem desenvolvendo o monitoramento ambiental do Terminal Portuário do Pecém, envolvendo a coleta e análise dos parâmetros de ondas, ventos e marés.

- **Fortaleza**

Levantamento batimétrico do canal de acesso, bacia de evolução, cais de atracação e área de despejo e píer petroleiro no Porto de Mucuripe.

- **Pernambuco**

- **Jaboatão dos Guararapes e Praia do Paiva**

Levantamento de dados ambientais e topo-hidrográficos do Rio Jaboação e Praia do Paiva.

- **Espírito Santo**

- **Vitória – CODESA**

- Levantamento batimétrico nos berços de atracação, bacia de evolução e canal de acesso ao Porto de Vitória para acompanhamento de fiscalização de dragagem.

- **Praia Mole**

- Modelagem matemática de propagação de ondas para expansão do Terminal Privativo de uso misto de Praia Mole.

- **Rio de Janeiro**

- **Baía da Guanabara**

- Visita de inspeção a ilha do Caju, com vistas à implementação de um Terminal Pesqueiro Público no Município de Niterói.

- Parecer Técnico sobre os aspectos hidráulicos e sedimentológicos, para a construção de aterro visando à ampliação de um terminal marítimo no bairro de Barreto, Nordeste de Niterói.

- Visita de inspeção técnica ao terreno pertencente à CDRJ, na Ilha da Conceição, junto ao Canal de São Lourenço.

- Visita de inspeção técnica para melhoria das colônias de pesca de Ramos e Tubiacanga, a pedido da Secretaria de Aqüicultura e Pesca.

- Levantamento batimétrico e estudo de propagação de ondas, visando a determinar a onda de projeto para a estrutura de proteção da Marina da Glória.

- Sondagens geotécnicas e a percussão no acesso aquaviário aos terminais de granéis sólidos do Porto do Rio de Janeiro.

- Sondagens a percussão para implantação do anel rodoviário de acesso ao Terminal do Caju, no Porto do Rio de Janeiro.

- **Barra da Tijuca**

- Estudo de refração de ondas na praia da Barra da Tijuca, para fixação da barra do Canal da Av. Sernambetiba.

- Proposição de estudos técnicos para viabilização de navegação através da barra do Canal da Joatinga.

- **Itaguaí (Sepetiba)**

- Modelagem matemática hidrodinâmica e de transportes de sedimentos em suspensão para o Porto. Companhia Siderúrgica Centro Atlântico – CSA.

- **Santa Catarina**

- **Laguna**

- Levantamento topo-hidrográfico e cálculo de volume de derrocamento do molhe sul, na barra do Porto de Laguna.

- Nota Técnica sobre a recuperação do prolongamento do molhe sul.

- **Imbituba**

- Projeto de restauração do molhe de abrigo do Porto de Imbituba.

3.4.1.4. Difusão das Atividades do INPH

Objetivando, cada vez mais, divulgar as suas atividades, e dentro da estratégia de retomada do mercado nacional, o INPH teve o prazer de receber mais de 400 visitantes, em visitas técnicas, seguidas de palestra. Entre entidades federais, estaduais, municipais e privadas, destacam-se:

- ✓ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.
- ✓ Departamento de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT.
- ✓ Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Ceará – SEINFRA.
- ✓ Secretaria de Transportes do Estado do Espírito Santo
- ✓ Prefeitura Municipal de Niterói – Rio de Janeiro.
- ✓ Prefeitura Municipal de Barra Velha do Estado de Santa Catarina
- ✓ Superintendência do Porto de Itajaí
- ✓ Companhia Docas do Ceará – CDC
- ✓ Water & Environment Institute – DHI – Dinamarca.
- ✓ Administração dos Portos de Antonina e Paranaguá.
- ✓ Marinha da República Oriental do Uruguai.
- ✓ Diretoria de Hidrografia e Navegação – DHN.
- ✓ Diretoria de Portos e Costa – DPC.
- ✓ Diretoria de Obras Civas da Marinha – DOCM.

3.4.1.5. Desempenho Econômico e Financeiro do INPH

O quadro abaixo apresenta, de forma resumida, o faturamento gerado pelo INPH para a CDRJ, no exercício de 2005:

Cliente	Faturamento (R\$)
Secretaria de Infra-estrutura do Governo do Estado do Ceará - SEINFRA	592.323,39
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	120.000,00
Companhia Docas do Ceará - CDC	43.700,00
Bandeirantes Dragagens e Construção Ltda.	1.100,00
Empresa Gerencial de Projetos Navais - ENGEPRON	17.000,00
Cia Municipal de Administração Portuária – COMAP	12.000,00
Consórcio Camargo Correia	18.000,00
RAM Engenharia	52.000,00
Departamento de Edificações, rodovias e Transportes do Governo do Espírito Santo – DERTES	90.000,00
Total	946.123,39

Por outro lado, o INPH proporcionou substantiva economia de recursos financeiros aos órgãos abaixo relacionados, gerando, em consequência, os seguintes benefícios econômicos:

▪ **Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ**

Serviços realizados	Valores em R\$
Projeto de Engenharia Hidráulica	400.00,00
Gerenciamento dos serviços de dragagem	4.950.000,00
Sondagens geotécnicas a percussão no acesso aquaviário no Terminal de Granéis Sólidos do Porto do Rio de Janeiro	60.000,00
Sondagens geotécnicas a percussão no novo acesso rodoviário diretamente projetado para os Terminais de containers	90.000,00
Total	5.500.000,00

▪ **Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT**

Serviços realizados	Valores em R\$
Projeto executivo para a restauração do molhe de abrigo do Porto de Imbituba - SC	250.000,00
Adequação do projeto executivo para a ampliação e derrocamento do molhe do Porto de Laguna - SC	120.000,00
Total	370.000,00

3.5. ALCANCE DE AUTONOMIA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Objetivo - Gerir a empresa com foco em negócios, ajustando os contratos existentes e buscando novos nichos de mercado.

Estratégia – Estabelecer controle da execução orçamentária e desenvolver política de autonomia econômica; estabelecer plano de arrendamento para definição de novos negócios; repactuação de dívidas.

Ação – Levantar o patrimônio da Companhia; gerar relatórios mensais das receitas e despesas, ativo e passivo; realizar sistematicamente reuniões internas; rever os contratos de arrendamento existentes com vistas a otimizá-los.

Período de Execução – 01/03/2004 a 30/12/2006

Comentário – De acordo com o novo cronograma do Plano de Ação, definido no II Seminário de Planejamento Estratégico, em 2005, o prazo de execução acima é fruto de reprogramação.

Conforme já informado no Relatório de Gestão da CDRJ referente ao exercício de 2004, realizou-se uma ampla auditoria técnica com base no que dispõe a Resolução nº 055/2003, da ANTAQ, no sentido de viabilizar a efetiva revisão dos contratos de arrendamento e operacionais em vigor, conforme descrição a seguir:

Em 2005 foram efetivadas as repactuações dos contratos de arrendamentos da Multi-Rio Operações Portuárias S.A. (Terminal de Contêineres I) e Libra Terminal Rio S/A (Terminal de Contêineres II), no Porto do Rio de Janeiro, com base na Resolução nº 055/2003 da ANTAQ, além de negociações e revisão dos contratos de arrendamentos da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional – Terminal de Carvão) que além da movimentação de carvão no Terminal passará a movimentar também a carga minério de ferro e outros produtos, de conformidade com Termo Aditivo assinado naquele ano. Negociações também foram entabuladas e efetivadas, mediante assinatura de Termo Aditivo, de revisão dos Contratos de arrendamento com a VALESUL e CPBS, as quais passarão a movimentar, respectivamente, cimento e soja em seus terminais, no Porto de Itaguaí.

Foram também efetivadas, ao longo do ano, várias reuniões com outros arrendatários, no intuito de que fossem efetivadas as repactuações de seus contratos, com base na Resolução nº 055/2003, da ANTAQ. Porém, em função de estudos procedidos no âmbito da ANTAQ para alteração da mencionada Resolução, de conformidade com informações obtidas junto àquela Agência (Superintendência de Portos), houve por bem a administração da CDRJ, por prudência, aguardar o desfecho final daquele processo para poder continuar com os entendimentos iniciais mantidos junto aos diversos arrendatários, quais sejam:

- Triunfo
- Multi-Car
- Píer Mauá
- Moinhos Cruzeiros do Sul
- CSN
- Valesul
- FCA Angraporto

Espera-se, ao longo do exercício de 2006, ter todos esses contratos renegociados, dependendo é claro da manifestação de vontade e aceitação por parte daqueles arrendatários das novas regras a serem estabelecidas pela ANTAQ para tal finalidade.

O Programa de Arrendamento da CDRJ foi aprovado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, mediante a Resolução nº 165, de 9 de fevereiro de 2004 e justifica-se não só pelo atendimento à legislação em vigor como também ao estímulo de parcerias público-privadas, voltadas ao desenvolvimento dos portos do estado. Os projetos de arrendamento previstos para o Porto do Rio de Janeiro estão em fase de audiência pública e abrangerão os terminais voltados à movimentação de granéis agrícolas, granéis líquidos, granéis sólidos e carga geral. O arrendamento do Porto de Itaguaí objetiva a mudança da condição de porto de berços especializados em carvão e alumina para porto de uso múltiplo, apto a operar cargas diversificadas, de forma a consolidá-lo e, posteriormente, transformá-lo em porto concentrador. Está em fase de Audiência Pública o arrendamento do Terminal de Uso Múltiplo, para movimentação de carga geral. Também foi elaborada para o Porto de Itaguaí a revisão do “Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ” que vigia desde o ano de 2000, tendo sido finalizados os estudos de mercado, projeção de movimentação de carga e plano de ocupação de áreas. Há a previsão de término da revisão do PDZ em março de 2006. No Porto de Niterói, os arrendamentos foram concluídos, tendo sido firmados, em agosto de 2005, Contratos de Arrendamento com as empresas NITSHORE, para a exploração do Terminal de Apoio Offshore e Reparos Navais e NITPORT, para a exploração do Terminal de Granéis Agrícolas e Carga Geral.

3.5.1. Arrendamento de Imóveis Não Operacionais

Objetivo – Incrementar a arrecadação da empresa, arrendando, através de licitação, os imóveis não operacionais disponíveis.

Estratégia – Levantar a situação patrimonial e promover licitações de áreas não operacionais da CDRJ.

Ação – A CDRJ realizou, durante o exercício de 2005, o arrendamento de oito áreas não-operacionais, conforme previsto no Planejamento Estratégico. Os valores mínimos e as ofertas para arrendamento, bem como a relação dos imóveis encontram-se na tabela abaixo.

Item	Valor mensal mínimo de arrendamento	Valor mensal ofertado para o arrendamento
Praia do Caju, 420	R\$ 385,00	R\$ 386,00
Praia do Caju, 544	R\$ 2.020,00	R\$ 2.021,00
Av. Rodrigues Alves, 841/843	R\$ 4.600,00	R\$ 5.200,00
Av. Rodrigues Alves, 837/839	R\$ 4.600,00	R\$ 4.700,00
Rua da Igrejinha, nº1	R\$ 4.770,00	R\$ 5.009,99
Rua Alnte. Mariath, 4	R\$ 17.250,00	R\$ 40.000,00
Av. Rio de Janeiro esq. com Alnte Mariath	R\$ 12.135,00	R\$ 15.001,00
R. Antonio Lage com testada pela R. Souza e Silva	R\$ 3.800,00	R\$ 7.000,00

3.5.2. Licitação para Aquisição de Bens e Serviços

Objetivo – Contratar serviços de terceiros e adquirir bens e materiais para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

Estratégia – Atender às solicitações de contratação de serviços e aquisição de bens e materiais, geradas no exercício de 2005, bem como aquelas remanescentes do exercício de 2004.

Ação – No decorrer do período foram instauradas/ realizadas as seguintes licitações:

Concorrências:

- Nº 001/05 – Seguro de Vida em Grupo.
- Nº 002/05 – Aquisição de Equipamento de Informática.
- Nº 003/05 – Demolição do Armazém Frigorífico no Porto do Rio de Janeiro.
- Nº 004/05 – Dragagem no acesso aquaviário, berço e bacia de evolução no Porto do Rio de Janeiro (fase 2).
- Nº 005/05 – Fornecimento de Passagens Aéreas.
- Nº 006/05 – Arrendamento de Áreas não Operacionais.
- Nº 007/05 – Construção de Guaritas em Alvenarias.
- Nº 008/05 – Revitalização e Implantação de Iluminação Viária do Porto de Itaguaí.
- Nº 009/05 – Recuperação e modernização do Sistema Elétrico Média Tensão-RIOPOR.
- Nº 010/05 – Construção e Inst. Complexo Administrativo e Inspeção Fitossanitária.

Tomadas de Preços:

- Nº 01 - Projeto Básico para a construção de Complexo Administrativo Portuário, no Porto do Rio de Janeiro.
- Nº 02 - Projeto de Reforma, Instalações e Adequações de Bens Imóveis em Edificação situada à Av. Rodrigues Alves, 20.
- Nº 03 - Projeto para adequação das Instalações de controle de Carga no Porto de Itaguaí.
- Nº 04 Fornecimento Parcelado de Combustíveis, Lubrificantes, Graxas e Derivados de Petróleo
- Nº 05 Locação de Máquinas Reprográficas.
- Nº 06 Aquisição de Arma de Fogo e Munição (revogada).
- Nº 07 Coleta de Lixo no RIOPOR.
- Nº 08 Reforma da Sede da Guarda Portuária no Porto de Itaguaí.
- Nº 09 Contratação dos Serviços de Reforma das Instalações do INPH para Implantação do Complexo Administrativo do Porto do Rio de Janeiro.
- Nº 10 Contratação de Serviços de Engenharia – PCS 001/05.
- Nº 11 Instalação e Manutenção de Redes e Linhas e Aparelhos Telefônicos.

Pregão Eletrônico:

- Nº 01- Aquisição de Viaturas e Motocicletas.
- Nº 02- Material Ferroviário para Linhas Têrreas RIOPOR.
- Nº 03- Bóias de Sinalização Náutica.
- Nº 04- Ar condicionado.
- Nº 05- Bloqueadores Telefônicos.
- Nº 06- Equipamentos para Condicionamento Físico para Guarda Portuária.
- Nº 07- Ar condicionado e ventiladores.
- Nº 08- TV, Vídeo, Som, Projetores.
- Nº 09- Câmeras, Filmadoras, Máquina Fotográfica, etc.
- Nº 10- Cartuchos, toner e fitas para impressora.
- Nº 11- Binóculo de Visão Noturna.
- Nº 12- Microcomputadores, Impressoras, Scanner para Guarda Portuária.
- Nº 13- Móveis e Equipamentos.
- Nº 14- Aquisição de Viaturas (PICK UP).

Pregão Presencial:

- Nº 01- Aquisição de Arma de Fogo e Munição.

Convites:

- Foram realizadas 36 (trinta e seis) licitações na modalidade de convite, no exercício de 2005, das quais 30 (trinta) foram concluídas, 2 (duas) serão encerradas no exercício de 2006 e 4 (quatro) não foram concluídas por desinteresse dos licitantes convidados ou por dificuldade na obtenção dos materiais licitados.

Dispensas de Licitação:

- Foram realizados e concluídos 34 (trinta e quatro) processos de Dispensa de Licitação.

Observações:

- Das 4 (quatro) Tomadas de Preços da Área de Administração, três foram concluídas com sucesso no exercício de 2005. Com relação à TP nº 06/05, apesar de acudirem interessados que cotaram os preços, a licitação foi revogada, pois o valor estimado estava aquém dos valores ofertados.
- Quanto à TP nº 11/05, seu objeto será licitado em 2006 na modalidade de Pregão, tipo eletrônico.
- As medidas implementadas para solucionar a questão da TP nº 06/05, foram adotadas e a aquisição das armas e munições foram processadas através do Pregão Presencial nº 014/2005.
- Os Pregões Eletrônicos nºs 04, 05, 07, 09 e 10 foram concluídos e os materiais/equipamentos, objeto dos mesmos, cotados integralmente.
- O Pregão Eletrônico nº 01 foi concluído, sendo que para as viaturas Pick-up não houve propostas.
- Realizou-se nova licitação (Pregão Eletrônico nº 14) e mais uma vez não houve interessados.
- Os Pregões nºs 06, 08, 12 e 13 foram concluídos, mas nem todos os itens de materiais foram cotados.
- O Pregão nº 02, por insuficiência orçamentária, deverá ser realizado no exercício de 2006.
- O Pregão nº 03, por motivos técnicos não foi licitado em 2005, o que deverá ocorrer em 2006.
- O Pregão nº 11 não teve licitantes, portanto, a licitação foi vazia.
- O Pregão Presencial nº 01 foi concluído.
- De um modo geral, considerando que as licitações por Pregão Eletrônico foram implementadas no final do exercício de 2005, houve um resultado satisfatório até porque os fornecimentos parciais foram de aproximadamente 80% dos itens cotados.
- Quanto às licitações por Pregão Eletrônico nºs 01 e 14 (repetição), nas quais não se conseguiu a cotação para os veículos Pick-up, será realizada nova licitação sob a mesma modalidade, por orientação da área jurídica.

- Constatou-se que aproximadamente 83% das licitações na modalidade convite foram finalizadas com sucesso.
- Com relação às quatro licitações, não concluídas, na modalidade convite, os processos retornarão ao órgão requisitante para avaliação das especificações do material pedido e serão licitados, caso necessário, na modalidade de pregão eletrônico.

3.6. INTEGRAÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS

Objetivo - Construir fórum de integração interna e externa para inclusão da CDRJ no cenário de comércio exterior e com isso atrair novos parceiros.

Estratégia - Buscar parcerias com os governos federal, estadual e municipal, setor empresarial e trabalhadores.

Ação - Desenvolver plano de logística portuária para o Estado do Rio de Janeiro com reflexos no contexto portuário nacional e internacional; estabelecer convênios de cooperação técnica; identificar atores e participantes das atividades portuárias.

Período de Execução – 02/07/2004 a 31/10/2006

Comentário – De acordo com o novo cronograma do Plano de Ação, definido no II Seminário de Planejamento Estratégico, em 2005, o prazo de execução acima é fruto de reprogramação.

Durante o exercício de 2005, a CDRJ deu prosseguimento ao seu objetivo estratégico de integrar os agentes envolvidos. Para tanto, a empresa instituiu a COMPEA (Comissão Executiva do Plano Estratégico de Ação), composta por 13 membros, sendo 3 representantes de cada Diretoria e mais 1 coordenador, subordinado ao Diretor Presidente, de forma a prover maior integração entre os setores da Empresa, caráter participativo e de transparência da gestão, com vistas a uma maior integração dos agentes internos e um melhor acompanhamento da implementação do Planejamento Estratégico. Cabe salientar que a Comissão supracitada reúne-se mensalmente com o intuito de controlar e monitorar o Plano de Ação. Deve-se lembrar, ainda, que foi realizado, no mês de junho, o segundo Seminário de Planejamento Estratégico com o objetivo de atualizar o Planejamento Estratégico desenvolvido no ano de 2003. Utilizou-se de um fórum já constituído pela Lei nº 8630/93, que instituiu o Conselho de Autoridade Portuária, para ampliar o raio de integração com os segmentos afetos diretamente ao setor portuário, inclusive com definição de ações conjuntas visando à consecução de objetivos comuns. A Câmara de Logística Integrada –COLIG e a Intersindical Portuária são dois outros fóruns de integração, o primeiro voltado a um eixo envolvendo temas logísticos e o segundo para tratamento de assuntos sindicais e trabalhistas. Juntamente à COLIG viabilizou-se, através de uma audiência com o relator do Orçamento Geral da União, a apresentação de propostas de orçamento à consecução de projetos que visam a solucionar gargalos logísticos da cidade do Rio de Janeiro, inerentes à atividade portuária. No caso da Intersindical, colaborou para que fosse definida a constituição do Complexo de Gestão de Mão de Obra, do Trabalhador Portuário Avulso - TPA, sendo que no Porto do Rio de Janeiro a obra está praticamente concluída, e no Porto de Itaguaí, a iniciar. A Comissão Setorial de Ética da CDRJ foi instituída pela Portaria DIRPRE nº 79/2005, de 1º de julho de 2005, e publicada no Boletim Interno Administrativo datado de 05/08/2005.

Em 15 de julho de 2005, a Comissão considerou encerrado o seu trabalho de elaboração da Minuta de Código de Ética da CDRJ, tendo sido a mesma apreciada pela Diretoria Executiva da Companhia em sua 1643ª reunião-ordinária, de 06/12/2005. Mediante a expedição da Resolução nº 001/2006/DIREXE/CDRJ, de 15 de fevereiro de 2006, o Código de Ética da CDRJ foi aprovado e está em andamento a sua publicação em Boletim Interno. Pretende-se, em 2006, dar toda a divulgação do aludido Código interno e externamente à Companhia, com a impressão de cartilhas educativas e por meio de palestras, seminários e cursos. Quanto à criação da Ouvidoria, o projeto já foi elaborado e encaminhado à Diretoria Executiva, para apreciação e deliberação.

3.7. DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICA DE PARCERIAS PARA MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA INTERNA E ACESSIBILIDADE.

Objetivo - Prover os portos sob a administração da CDRJ de uma logística adequada, com as acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas compatíveis ao fluxo de comércio dos clientes e usuários.

Estratégia – Dotar os portos de condições adequadas de infra-estrutura e de uma logística de acessibilidade de cargas capaz de aumentar a sua produtividade, fortalecendo-os como concorrentes no mercado nacional de exportadores. Articular, junto aos governos municipal, estadual e federal, ações de ajuste no sistema viário localizado no entorno dos portos.

Período de Execução – 01/4/2003 a 29/12/2006.

Comentário – De acordo com o novo cronograma do Plano de Ação, definido no II Seminário de Planejamento Estratégico, em 2005, o prazo de execução acima é fruto de reprogramação.

No bojo das melhorias de infra-estrutura e acessibilidade portuária, destaca-se, em 2005, a celebração do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre a CDRJ e o Município do Rio de Janeiro, para a recuperação do acesso ferroviário ao Porto do Rio de Janeiro, através do implemento de ações e intervenções para a remoção, reassentamento e/ou pagamento de indenização às 290 famílias, cujas casas obstruem o ramal ferroviário Arará/Jacarezinho, no valor de R\$ 4.255.200,00, sendo R\$ 3.546.000,00 de responsabilidade da CDRJ, e R\$ 709.200,00 da Prefeitura, este último correspondente à contrapartida financeira em bens e serviços devidamente mensurados e tendo um cronograma de execução compreendido entre os meses de outubro de 2005 e março de 2006. Uma outra ação, essa de recuperação do acesso rodoviário ao Porto do Rio de Janeiro, encontra-se em fase bastante avançada nas tratativas, também com o Município do Rio de Janeiro, tendo sido elaborado um estudo de sondagem da área que servirá para arruamento, bem como a elaboração do projeto básico. Ambas as ações integram o Projeto Piloto de Investimentos do Governo Federal, sob o título Recuperação do Acesso Rodo-ferroviário ao Porto do Rio de Janeiro, com o orçamento de R\$ 10.000.000,00 para a sua execução.

Cabe acrescentar ainda o elenco das seguintes ações: manutenção semafórica gráfica vertical nas travessias de linhas férreas dos Portos do Rio e de Itaguaí; conservação e recuperação de linhas férreas e da pavimentação do porto do Rio de Janeiro; serviço de recuperação estrutural e impermeabilização de reservatórios de água dos Portos do Rio de Janeiro e pontes ferroviária e rodoviária sobre o canal do mangue no Porto do Rio de Janeiro; serviço de sinalização viária e implantação de placa de identificação de áreas interna e externa no Porto; Itaguaí, serviço de topografias no Porto de Itaguaí; construção de uma subestação de energia elétrica no cais do Caju no porto do Rio de Janeiro; recuperação da pavimentação asfáltica das vias internas do porto do Rio de Janeiro; serviço de elaboração de projeto básico para construção do complexo administrativo portuário e instalação fitossanitária nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí; serviço de demolição do armazém frigorífico do Porto do Rio de Janeiro; serviço de fragmentação e recolhimento de entulho provenientes de placas e estruturas de concreto armado e demais entulhos em áreas internas do Porto do Rio de Janeiro; serviço de recuperação de canaletas e envelopamento de dutos para cabos elétricos dos guindastes no Porto do Rio de Janeiro; serviço de reforma do pórtico de entrada e saída do Porto de Itaguaí; serviço de implantação de cercas de perímetro para áreas restritas ao Porto do Rio de Janeiro; serviços de manutenção e conservação das áreas do Porto de Itaguaí; serviço de construção de postos de controle destinados às autoridades portuárias e Receita no Porto do Rio de Janeiro; serviço de implantação e recuperação de barreiras físicas das instalações do Porto do Rio de Janeiro; serviço de recuperação de cercas de perímetro do Porto de Itaguaí; recuperação e implantação de pavimentação asfáltica das pistas internas do Porto de Itaguaí; serviço de reforma do prédio da sede da guarda portuária; serviço de reforma do prédio da sede de Angra dos Reis e os serviços de projetos para a adequação das instalações de controle de carga no Porto de Itaguaí.

Além desses importantes investimentos, foi inscrita no programa de ações do Ministério dos Transportes a realização de serviços de dragagem, para atingir as profundidades estabelecidas no dimensionamento do canal de acesso, na bacia de evolução e nos berços de atracação em áreas situadas no Porto do Rio de Janeiro e no Porto de Itaguaí. Atualmente, a dragagem no Porto de Itaguaí depende de decisão do Juízo da 6ª Vara Federal, em função de ação promovida pelo Ministério Público Federal e IBAMA em 1997, já tendo sido coletadas todas as informações técnicas para que o Juízo possa decidir sobre a continuidade das obras. O objeto da dragagem será o alargamento do canal de acesso nos trechos 3 e 4 de 150m para 200m e aprofundamento 20 metros de profundidade para toda a extensão do canal de acesso, ou seja, 21km de extensão, bem como de sua bacia de evolução para 20m. Também será executada a bifurcação do canal para 1.100m de extensão, largura de 120m e profundidade de 14,5m, para acesso aos terminais de contêineres.

3.8. ORIENTAÇÃO QUANTO À REVISÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE

Objetivo – Adequar a legislação existente à realidade de comércio exterior e prover internamente a capacitação de profissionais visando a facilitar novos negócios.

Estratégia – Fazer a gestão junto aos Poderes Legislativo e Executivo federal, estadual e municipal, no sentido de rever a atual legislação no que tange ao comércio exterior.

Ação – Constituir grupo de análise da Lei 8.630/93 e demais normas vigentes, inclusive as pertinentes à ANTAQ e ANTT.

Período de Execução – 02/4/2003 a 15/12/2006.

Comentário – Prosseguem as ações junto aos três níveis de governo, no sentido de serem aprovadas outras legislações de incentivo às exportações e incremento das atividades de comércio exterior, além da modernização do parque tecnológico portuário.

3.9. ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA DE RELAÇÃO SISTEMÁTICA COM OS PODERES

Objetivo – Estabelecer um ambiente de interação visando a atender aos interesses da CDRJ.

Estratégia – Desenvolver ações políticas e gerenciais junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ação – Adequar o perfil empresarial da Companhia às metas desenvolvidas pelo Poder Executivo nacional; estabelecer uma estratégia de adesão e relacionamento para a defesa dos interesses institucionais da Companhia junto ao Executivo federal, estadual e municipal; identificar as necessidades da CDRJ junto aos três Poderes.

Período de Execução – 01/03/2004 a 15/12/2006

Comentário – Busca-se extinguir o Projeto de Lei nº 6.992, que prevê a cisão da empresa, através de gestões junto ao Executivo Federal e o Poder Legislativo Federal, bem como retirar a CDRJ do âmbito do Conselho Nacional de Desestatização – CND.

Requeru-se ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) a concentração das execuções trabalhistas em uma só Vara do Trabalho, com a limitação de percentual mensal de 5% da receita para satisfação dos créditos.

A centralização foi indeferida e impetrou-se recurso ao Órgão Especial do Tribunal, encontrando-se pendente de julgamento. A medida busca evitar bloqueios de conta/receita da CDRJ permitindo a programação financeira da empresa, que vem sendo prejudicada com o grande valor das execuções, que por vezes supera a arrecadação média mensal.

As gestões promovidas junto ao Executivo Federal ensejaram a dotação orçamentária que contemplaram diversos interesses da CDRJ, inseridos no Projeto Piloto de Investimentos, Agenda Portos e ISPS CODE. No que concerne ao Executivo Municipal do Rio de Janeiro, as gestões resultaram na celebração do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, para a recuperação do acesso ferroviário ao Porto do Rio de Janeiro. Numa outra parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, está prevista a assinatura de documento similar de convênio para a recuperação do acesso rodoviário ao Porto do Rio de Janeiro e para a cessão da área da atual Avenida Rio de Janeiro à CDRJ. Além disso, as negociações pertinentes à revitalização portuária estão bastante adiantadas, devendo ser concluídas em 2006.

3.10. REDEFINIÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DA COMPANHIA

Objetivo – Garantir um desenvolvimento sustentável, cumprindo e fazendo cumprir as normas constantes da legislação ambiental.

Estratégia – Estabelecer parcerias com os órgãos de administração e desenvolvimento ambiental; aproximar a CDRJ dos agentes ambientais governamentais e não-governamentais para a realização e/ou promoção de pesquisas de desenvolvimento interno.

Ação – Avaliar os impactos ambientais dos projetos em que a CDRJ esteja envolvida; elaborar diagnóstico da atual situação ambiental; implantar uma nova política ambiental.

Período de Execução – 03/01/2003 a 15/12/2006.

Comentário – A CDRJ carece, por insuficiência de recursos financeiros, de uma política ambiental adequada cuja implantação e execução requerem um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas, através de rigoroso diagnóstico acerca de suas necessidades administrativas, técnicas e operacionais.

No Porto de Itaguaí, a Empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental em fase de implantação.

Foi constituída uma Comissão pela Portaria DIRPRE Nº 103/2005, visando a criar e adequar as normas e procedimentos inerentes ao meio ambiente, e de aplicação nas áreas da CDRJ, restando a apresentação dos trabalhos produzidos e os resultados práticos existentes.

3.11. DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO COM FOCO EMPRESARIAL

Objetivo – Divulgar os planos administrativos e a política de gestão da Companhia aos clientes internos e externos.

Estratégia – Realizar ações de divulgação e desenvolvimento das rotinas de comunicação interna e externa. Estabelecer uma política de endomarketing e prestar serviços de assessoria de imprensa. Desenvolver e implantar um plano de comunicação para promover e divulgar a Autoridade Portuária.

Ação – Manter os portos da CDRJ na mídia, fomentando junto aos meios de comunicação a importância econômica e social das atividades portuárias, a partir da divulgação sistemática das notícias relativas à gestão dos portos administrados pela Empresa. Em 2005, de todas as matérias publicadas em diferentes veículos de comunicação, a média de matérias positivas divulgadas ao longo de cada ano foi superior a 85% - contra apenas 7% de matérias negativas e as demais, neutras – índice bastante superior à média da maioria de outros órgãos públicos federais. Detalhe fundamental: são inclusões da CDRJ na mídia sem qualquer ônus financeiro para a Companhia. Foram editados ainda dois informativos, de 16 páginas, além de produção de folders.

Período de Execução – 03/11/2003 a 31/07/2006.

Comentário – De acordo com o novo cronograma do Plano de Ação, definido no II Seminário de Planejamento Estratégico, em 2005, o prazo de execução acima é fruto de reprogramação. Restrições de ordem orçamentária vêm impedindo o trabalho planejado pela Assessoria de Comunicação - ASSCOM. Mesmo assim, nesses três anos da atual gestão, a Assessoria de Comunicação Social conseguiu inserir a CDRJ na pauta diária da mídia regional, nacional e internacional. É preciso, porém, ousar mais. A ASSCOM continua carecendo de condições técnicas para o exercício pleno de sua atividade – faltam rádio, computadores, DVD, gravador, etc. De qualquer maneira, já é notória a mudança da imagem institucional da CDRJ, em decorrência da nova política de comunicação social e marketing adotada.

3.12. DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICA DE MARKETING COM ÊNFASE EMPRESARIAL

Objetivo – Desenvolver negócios e planos para a fidelização de clientes.

Estratégia – Desenvolver um Planejamento de Marketing.

Ação – Implantar o Plano de Marketing; viabilizar ações de marketing direto; elaborar material promocional incluindo textos, fotografias aéreas e ilustrações aplicáveis às estratégias de divulgação, através de *banners*, *folders*, painéis e CD cards, das diversas potencialidades dos portos da CDRJ, para apresentação em eventos e demais iniciativas de natureza comercial ligadas, direta ou indiretamente, ao exercício da atividade portuária.

Período de Execução – 31/03/2004 a 29/06/2006.

Comentário – De acordo com o novo cronograma do Plano de Ação, definido no II Seminário de Planejamento Estratégico, em 2005, o prazo de execução acima é fruto de reprogramação.

As ações de marketing implementadas no ano de 2005 são apresentadas a seguir:

- Conclusão do monitoramento dos levantamentos topográficos realizados nos portos organizados sob a gestão da CDRJ com o devido encaminhamento à Diretoria de Portos e Costas – DPC da Marinha.
- Levantamento detalhado dos fluxos de receita e despesa e seus índices de correção para atendimento às exigências expressas nas “Instruções para Elaboração de Propostas de Reajuste das Tarifas Portuárias da ANTAQ”, conforme Portaria nº 118 do Ministério da Fazenda, com vistas à formatação de uma nova estrutura tarifária.
- Renegociação dos contratos de arrendamento da CSN e da CPBS no Porto de Itaguaí visando ao aumento da movimentação de cargas e ao incremento da participação de terceiros na exportação de minério de ferro e de soja.
- Conclusão do Plano de Marketing da CDRJ, a ser encaminhado para a aprovação da Diretoria-Executiva.

4. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

4.1 - INDICADORES DE UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Satisfação dos clientes com o nível de informação

Item 1

1.1 - Intranet

Quantidade

Ruim	Regular	Bom	Ótimo
8	25	24	11
11,76%	36,76%	35,29%	16,18%

1.2 - Internet

Quantidade

Ruim	Regular	Bom	Ótimo
1	17	15	4
2,70%	45,95%	40,54%	10,81%

Item 2

Disponibilidade de micros

Micros	180
Usuários	294
(%)	61,22%

Item 3

Abrangência da rede

em rede	158
total	180
%	87,78%

Item 4

Capacitação em informática

Não foram solicitados cursos de capacitação para o ano de 2005.

Item 5

Utilização do Site CDRJ

Inicial	0
Final	15483
Apuração	15483
Dias	198
Média	78,20

Item 6

Atendimento ao usuário

Os formulários somente foram disponibilizados em 2006.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS RELEVANTES, VIDE ANEXO III

5. ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO ALCANÇADO

Foi aprovado pelo Decreto nº 5291 de 30/11/04 o Programa de Dispêndios Globais-PDG, relativo ao exercício de 2005, no valor de R\$ 162.601.547. Posteriormente alterado pelos **Decretos 5501**, de 29/07/05, e **5600**, de 01/12/05, este último aprovando o valor de R\$ 301.845.187.

Os recursos foram divididos em R\$ 140,8 milhões para as Receitas Correntes e R\$112.5 milhões para as Receitas de Capital/Participação da União no Capital.

Como Receitas Correntes houve uma previsão de R\$ 110,8 milhões de faturamento relativo aos contratos em operação, e R\$ 30,0 milhões como antecipação de receita relativa à renegociação de novas cargas nos contratos nº 054/97 com a CSN e nº 155/96 com a CPBS.

Como Receitas de Capital/Participação da União no Capital foram previstos R\$ 82,5 milhões relativos à totalidade dos **Projetos do Orçamento de Investimentos** com recursos do tesouro e R\$ 30,0 milhões como aporte financeiro do Tesouro para custear pagamentos do exercício com dívida trabalhista cobrada judicialmente.

Os dispêndios se dividiram em R\$ 191,1 milhões, aprovados para Despesas Correntes, e R\$ 110,6 milhões, para Despesas de Capital.

Como Dispêndios Correntes, foram estimados R\$ 78,3 milhões para Pessoal, R\$ 38,0 milhões para Dívidas Trabalhistas, R\$ 30,6 milhões para Demais Dispêndios Correntes e R\$ 47,2 milhões para as despesas com Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Encargos Diversos.

Conforme pode ser constatado no Demonstrativo de Execução do PDG-2005 e de Usos e Fontes, o valor orçamentário aprovado e realizado demonstra o esforço da Diretoria na contenção das despesas e no cumprimento dos limites estabelecidos, em observância às normas legais.

A Execução do PDG-2005 da CDRJ (Recursos x Dispêndios) apresenta um resultado positivo de R\$ 34,7 milhões, onde R\$ 22,9 milhões referem-se a saldo de recursos repassados pelo Tesouro, vinculados a Investimentos e não aplicados dentro do exercício.

Nesse contexto, houve por parte da Diretoria-Executiva participação ativa em promover o contingenciamento, visando a assegurar as despesas nos limites dos recursos disponíveis, quais sejam, as receitas oriundas de serviços, aliadas ao aporte de recursos do governo, no montante de R\$ 30,0 milhões, e no empenho em promover a entrada de novas receitas decorrentes do melhor desempenho dos contratos em vigor e com a possibilidade de movimentação de novas cargas.

PDG	2005
Recursos Disponíveis	221.294
Dispêndios Realizados	186.561
Resultado	34.733

RECEITAS

No cômputo geral, e comparando-se os valores dos recursos disponíveis oriundos de geração própria, nos três últimos exercícios houve um crescimento de 123%.

Cabe dizer que o aumento significativo em 2004, na categoria “Não Operacional” reflete a venda de ações, no valor de R\$ 29,4 milhões, transferidas para a CDRJ pela União.

Receita	2002	2003	2004	2005	2002-2005 %
Operacional	47.430	62.053	94.694	122.459	158%
Não Operacional.	14.454	20.303	48.675	15.832	9%
Total	61.884	82.356	143.369	138.291	123%

Em 2005, os recursos disponíveis da CDRJ representaram 73% da previsão inicial, alcançando o montante de R\$ 221,2 milhões, tendo parcelas de R\$138,2 milhões, em Receitas Correntes (Operacional e Não Operacional) e R\$ 45,6 milhões, em Receitas de Capital (Recursos do Tesouro para Aumento de Capital).

	Orçado	Realizado	(%)
Recursos Próprios	140.500	138.291	98
Receita Operacional	121.420	122.459	
Receita Não Operacional	19.430	15.832	
Recursos do Tesouro	112.554	45.648	40
Investimentos	82.554	15.648	
Aporte Financeiro	30.000	30.000	
Varição Disponível	48.441	37.354	
TOTAL	301.845	221.294	73

Receitas Correntes.

Em termos gerais, a Receita de Geração Própria se comportou dentro da previsão de R\$140,8 milhões, com uma variação de -2%. Previsão que levou em consideração a evolução de cada um dos contratos nos anos de 2003 e 2004. Foi atingida uma execução de R\$ 138,2 milhões no exercício representando 98% do esperado. Tendo R\$ 108,2 milhões como faturamento advindo das operações portuárias no período e, R\$ 30,0 milhões recebidos como adiantamento por movimentação de novas cargas relativas a aditivos aos contratos 054/97 com a CSN (R\$ 15,0 milhões) e 155/96 com a CPBS (R\$ 15,0 milhões).

Receitas de Capital.

Do valor previsto de R\$ 112,5 milhões em Receita de Capital/Recursos do Tesouro para aplicação em Investimentos, foram repassados R\$ 15,6 milhões. O valor previsto de R\$ 30,0 milhões como aporte para saneamento financeiro da CDRJ foi totalmente repassado.

A não efetivação dos recursos previstos para o exercício teve como causa a não totalização pela União, dos Recursos do Tesouro para Aumento de Capital – Investimentos previstos no Orçamento, ficando R\$ 66,9 milhões não repassados.

COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA PRÓPRIA PREVISTA E FATURADA EM 2005

CONTRATOS	PREVISÃO FATURAMENTO (B/A)		
	(A)	(B)	(%)
PORTO DO RIO DE JANEIRO			
<i>Cais Público</i>	30.926.788	32.116.332	3,85%
<i>Multiterminais*</i>	1.221.862	60.110	-95,08%
<i>Moinho C.Sul S/A</i>	699.557	922.866	31,92%
<i>Multi-Rio</i>	11.063.199	12.000.334	8,47%
<i>Libra Terminal Rio</i>	934.588	1.062.848	13,72%
<i>Multi-Car Term Veiculos</i>	3.749.539	3.827.081	2,07%
<i>Pier Mauá</i>	883.067	1.001.962	13,46%
<i>Triunfo(S.Cristóvão)</i>	5.884.999	9.588.934	62,94%
<i>T.Privativos</i>	7.690.042	7.574.317	-1,50%
TOTAL SUPRIO	63.053.644	68.154.784	8,09%
PORTO DE ITAGUAÍ			
<i>Cais Público</i>	898.188	1.017.802	13,32%
<i>CSN</i>	5.618.323	4.735.715	-15,71%
<i>Valesul</i>	3.479.935	3.488.584	0,25%
<i>Sepetiba Tecon S/A</i>	2.830.433	2.000.854	-29,31%
<i>CPBS</i>	18.943.948	22.417.590	18,34%
TOTAL SUPSEP	31.770.829	33.660.546	5,95%
PORTO DE NITERÓI			
<i>Cais Público</i>	935.674	369.866	-60,47%
TOTAL GERNIT	935.674	369.866	-60,47%
PORTO DE ANGRA DOS REIS			
<i>Cais Público</i>	214.864	226.938	5,62%
<i>Anraporto</i>	1.893.879	2.090.590	10,39%
TOTAL GERANG	2.108.744	2.317.528	9,90%
INPH			
<i>Serviços Técnicos</i>	728.484	946.123	29,88%
TOTAL INPH	728.484	946.123	29,88%

*A partir do término do contrato com a Multiterminais as receitas/faturamento passaram a ser consideradas como Cais Público, não permitindo, portanto, qualquer termo de comparação com as metas anteriormente definidas.

Evolução da Receita (em milhões)

	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
Proj. Rec. Orç.	5.966	14.628	22.754	34.666	43.887	53.562	63.183	74.850	84.324	91.614	100.076	110.849
Fat. Real 2005	4.677	13.327	25.401	35.938	44.960	54.409	63.780	72.369	80.371	87.818	96.510	108.292
Variação %	-21,6	-8,9	11,6	3,7	2,4	1,6	0,9	-3,3	-4,7	-4,1	-3,6	-2,3

DESPESAS

Encerrado o exercício com uma execução dos dispêndios correntes de R\$ 169,2 milhões, tendo o item Pessoal atingido 44% desse valor e o item Outros Dispêndios Correntes mais 35% (Aluguéis, Multas, Pagamentos judiciais), juntos consumindo 79% do total realizado.

Os demais itens permaneceram contingenciados, aguardando a efetivação dos recursos previstos.

PESSOAL

Estimou-se em R\$ 78,3 milhões as despesas com Pessoal e Encargos, atingindo-se uma realização total de R\$ 73,8 milhões sendo R\$ 64 milhões relativos à competência do exercício e R\$ 9,8 milhões relativos ao pagamento dos atrasados dos dissídios trabalhistas de 2003-2004 (19,5%) e 2004-2005 (4,5%), pagos em 8 parcelas a partir de janeiro/05.

MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Material de Consumo. – Dentro da política de contingenciamento das despesas, na ordem direta da confirmação dos recursos de geração própria, atingiu-se uma realização de 37% do inicialmente previsto, mantendo-se em estoque o mínimo necessário e evitando-se solução de continuidade.

Serviços de Terceiros – Mantida a política de contingenciamento, atingiu-se uma realização de 73%. Foi dada inicialmente prioridade aos contratos de caráter continuado (Dispêndios Indiretos com Pessoal, Manutenção, Bens, Locações, Assistência Técnica e Assessoria, etc).

TRIBUTOS, UTILIDADES E SERVIÇOS, DÍVIDA EXTERNA

Pagamentos priorizados por tratarem-se de despesas compulsórias.

OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES

Aluguéis - Foram mantidos os contratos de caráter continuado.

Demandas Trabalhistas – Este item representa o montante dos bloqueios judiciais efetuados no exercício diretamente em conta corrente e/ou na origem da arrecadação (arrendatários). Do total de R\$ 34,5 milhões parcela significativa de R\$ 20,0 milhões refere-se ao processo RT 473/90-31ª VT/RJ, chamado de “Rechegão”.

Multas e Encargos Financeiros – Foi estimado o valor de R\$ 12,4 milhões, prevendo-se a regularização de tributos e encargos sociais em atraso através de parcelamento de débitos iniciado em 2004 (COFINS, PASEP, INSS, IRPJ, Salário Educação). O valor efetivamente executado de R\$ 8,9 milhões, decorre da paralisação, em maio/2005, do parcelamento dos débitos tributários em atraso, iniciado em face da insuficiência de recursos financeiros.

Demais – Neste item estão incluídos, entre outros, os pagamentos judiciais da Dívida Ativa Municipal – ISS e IPTU, totalizando R\$ 7,2 milhões, o pagamento de R\$ 4,1 milhões, referentes à parcela sob responsabilidade da CDRJ, dos contratos securitizados e o início, em novembro/2005, do parcelamento do débito com o Portus.

5.1. MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS DA CDRJ

A movimentação de cargas nos portos da CDRJ, considerando-se as instalações arrendadas e não arrendadas, atingiu, no ano de 2005, a marca de 37.403.444 toneladas, configurando um crescimento de 13,3% em relação ao ano anterior.

em toneladas

COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA

PORTO	PERÍODO		Δ%
	Ano 2004	Ano 2005	
Rio de Janeiro	7.499.049	8.213.405	9,5
Angra dos Reis	156.792	364.833	132,7
Niterói	32.318	0	-
Itaguaí	25.327.859	28.825.206	13,8
TOTAL	33.016.018	37.403.444	13,3

Em 2005 o comércio exterior brasileiro saltou para US\$ 191,856 bilhões, sendo US\$ 118,308 bilhões de exportações e US\$ 73,548 bilhões de importações, gerando saldo comercial de US\$ 44,760 bilhões. O valor estimado do Produto Interno Bruto, representando o valor agregado dos bens e serviços produzidos em 2005, ascendeu a ordem de R\$ 1,917 trilhão, passando a representação do comércio exterior a 24% dessas riquezas.

Os portos da CDRJ movimentaram o total de US\$ 17,34 bilhões, sendo US\$ 11,05 bilhões de exportações e US\$ 6,28 bilhões de importações. Desses quantitativos participam os portos do Rio de Janeiro com 4,27 % e de Itaguaí com 4,72 %. Se computado somente o fluxo de comércio no modo marítimo, essas participações ascendem a 6,25% para Itaguaí e 5,59% para o Rio e Janeiro.

Da balança comercial brasileira os portos da CDRJ participam com 9% do total e com 2% do PIB total estimado.

A título de comparação, apresentam-se os dados correspondentes à participação do Estado do Rio de Janeiro na balança comercial brasileira em 2005, alcançando US\$ 8,2 bilhões em exportações e US\$ 6,7 bilhões em importações, somando US\$ 14,9 bilhões ou 7,7 % do total da corrente de comércio exterior brasileira.

O histórico de movimentação em 10 anos para os portos administrados pela CDRJ, evidencia o esforço empreendido para atender às necessidades de desenvolvimento na região de influência do Complexo Portuário do Estado do Rio de Janeiro.

A evolução dos quantitativos movimentados mostra o acerto das medidas tomadas, conforme se verifica no quadro a seguir.

	10 ³ tonelada									
Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total	9.120	9.683	9.785	12.838	21.829	22.511	22.771	27.363	33.016	37.403

Perfil por Segmento

A movimentação de cargas nos portos da CDRJ é bastante diversificada, apresentando crescimento significativo nos segmentos de sólidos a granel e carga geral:

	Em toneladas		
Classe	2004	2005	Δ%
Sólidos a granel	23.706.889	27.466.025	15,9
Líquidos a granel	1.043.768	622.618	- 40,3
Carga Geral	8.265.361	9.314.801	12,5
Total	33.016.018	37.403.444	13,3

Por produto, a participação na movimentação dos portos da CDRJ é a seguinte:

Produto	Movimentação (10 ³ t)	Participação (%)
Minério de Ferro	20.872	55,8
Containerizada	5.649	15,1
Produtos Siderúrgicos	3.232	8,6
Carvão Metalúrgico	3.046	8,1
Trigo	822	2,2
Ferro Gusa	729	1,9
Coque de Petróleo	610	1,6
Coque da Hulha	254	0,7
Enxofre	252	0,7
Concentrado de Zinco	241	0,6
Petróleo	232	0,6
Alumina	200	0,5
Roll on - Roll off	190	0,5
Derivados de Petróleo	126	0,3
Papel	88	0,2

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E ITAGUAÍ

PORTO DO RIO DE JANEIRO

A movimentação de cargas no Porto do Rio de Janeiro, considerado o cais do porto organizado, atingiu, no exercício de 2005, o total de **8.213.405 toneladas**, representando acréscimo de 13,3% em relação ao ano anterior.

PERFIL DA CARGA MOVIMENTADA (em toneladas)

CARGA GERAL

Produtos Siderúrgicos: 1.924.612, representando acréscimo de 27,4% em relação ao ano anterior.

Papel: 88.468, representando decréscimo de 2,9% em relação ao ano anterior.

Automóveis: 189.789, representando acréscimo de 84,3% em relação ao ano anterior.

Containerizada: 3.596.246, representando decréscimo de 6,9% em relação ao ano anterior.

Outros: 119.959, representando acréscimo de 108,7% em relação ao ano anterior.

GRANÉIS SÓLIDOS

Trigo: 822.315, representando acréscimo de 23,1% em relação ao ano anterior.

Outros: 849.398, representando acréscimo de 428,5% em relação ao ano anterior, incluindo o ferro gusa.

GRANÉIS LÍQUIDOS

Petróleo: 231.723, representando decréscimo de 66,9% em relação ao ano anterior.

Derivados: 126.480, representando decréscimo de 2,3% em relação ao ano anterior.

Outros: 264.415, representando acréscimo de 23,0% em relação ao ano anterior

PORTO DE ITAGUAÍ

A movimentação de cargas no Porto de Itaguaí alcançou, no ano de 2005, a marca de **28.825.206 toneladas**, representando acréscimo de 13,8% em relação ao ano anterior.

PERFIL DA CARGA MOVIMENTADA (em tonelada)

CARGA GERAL

Produtos Siderúrgicos: 975.611, representando decréscimo de 11,3% em relação ao ano anterior.

Automóveis: Não houve movimentação em 2005.

Containerizada: 2.053.236, representando acréscimo de 48,8% em relação ao ano anterior.

Equipamentos: Não houve movimentação.

GRANÉIS SÓLIDOS

Minério de Ferro: 20.872.308, representando acréscimo de 24,0% em relação ao ano anterior.

Carvão Metalúrgico: 3.045.838, representando decréscimo de 7,5% em relação ao ano anterior.

Coque de Petróleo: 609.854, representando decréscimo de 16,3% em relação ao ano anterior.

Enxofre: 252.365, representando decréscimo de 19,0% em relação ao ano anterior.

Alumina: 199.516, representando acréscimo de 2,9% em relação ao ano anterior.

Concentrado de Zinco: 240.575, representando decréscimo de 13,8% em relação ao ano anterior.

Coque da Hulha: 253.989, representando acréscimo de 70,6% em relação ao ano anterior.

Outros: 319.867, representando decréscimo de 6,3% em relação ao ano anterior

GRANÉIS LÍQUIDOS

Não houve movimentação.

5.2 MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS

Houve, em 2005, um total de 88 atracções, o que, em comparação ao exercício anterior, representou um crescimento da ordem de 11,4%. No mesmo período, o quantitativo total de passageiros aumentou em cerca de 34,6%.

Ano	Atracações	Quantitativo de Passageiros			
		Embarcados	Desembarcados	Trânsito	Total
1998	73	12.186	11.931	36.627	60.744
1999	80	13.515	14.876	32.013	60.404
2000	87	20.601	18.204	52.243	81.048
2001	88	20.050	19.180	52.904	92.134
2002	79	25.976	23.229	48.970	98.175
2003	83	22.110	21.069	47.893	91.072
2004	79	26.534	26.646	54.020	107.200
2005	88	32.122	34.585	77.540	144.247

6. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

A análise dos quantitativos de pessoal, a revisão do Plano Básico Organizacional, inclusive os processos inerentes aos estudos para definição da nova Tabela Salarial visando à efetiva implantação do novo Plano de Gestão de Carreiras – PGC, todos em fase de desenvolvimento, demonstram o nível de medidas já adotadas pela Diretoria Executiva no sentido de corrigir problemas de ordem organizacional e estrutural, refletindo-se na melhoria do ambiente operacional e administrativo da Empresa.

Busca-se, assim, corrigir a redefinição meramente conceitual de antigos processos, o puro e simples reagrupamento de trabalhadores nos novos órgãos, associados à manutenção de modestos níveis de automação gerencial e de flexibilidade administrativa, que acabou por tornar uma série de importantes tarefas, nos mais diversos setores da Empresa, extremamente personalizada.

Somado a isso, a aquisição de novos softwares e hardwares, bem como a implantação de sistemas informatizados, com módulos de faturamento, cobrança, contas a pagar, orçamento e planejamento, material, suprimento, ativo fixo, contabilidade, gerenciamento e folha de pagamento, e a implementação do sistema Supervia de Dados, são atitudes assentadas em planejamento, bem como na execução das respectivas ações, para o estabelecimento de condições administrativas e operacionais compatíveis à nova realidade que se quer consolidar na Empresa, consoante a sua missão, visão e diretrizes.

A Diretoria Executiva tem consciência de que muito há de ser feito, por exemplo, quanto ao restabelecimento de um centro integrado de custos na CDRJ, meios humanos e tecnológicos à modernização das estatísticas internas e de mercado, bem como de um órgão de planejamento capaz de orientar sistematicamente as decisões atuais e futuras.

Além disso, foram implementadas, em 2005, as providências recomendadas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 04, de 19 de janeiro de 2004, conforme o relatório “Análise da Situação Econômico-Financeira e o Estudo de Fontes Adicionais de Receitas para o Funcionamento da CDRJ”, cabendo destacar as seguintes medidas:

- Alfandegamento dos Portos, conforme Ato Declaratório Executivo N° 352 da 7ª Região Fiscal da SRF;
- Negociação para o ressarcimento de despesas com empregados cedidos, mediante o encaminhamento do Processo nº 15302/2005 ao Ministério dos Transportes;

- Acordo firmado com o PORTUS Instituto de Seguridade Social;
- Reavaliação do débito com o ISS relativamente ao Porto do Rio de Janeiro, em função da locação de bens móveis e sobre Adicional de Tarifa Portuária – ATP, cujas execuções fiscais foram contestadas pela CDRJ, uma vez que o entendimento da Área Jurídica da CDRJ é de que o ATP é receita da União;
- Reavaliação de investimentos efetuados nos portos administrados pela CDRJ, com recursos da Agenda Portos, Projeto Piloto de Investimentos e ISPS Code;
- O aporte de recursos pelo Governo Federal no capital social da CDRJ, no montante de R\$ 30 milhões, referiu-se às demandas trabalhistas e foram repassados em parcelas mensais, de junho a setembro de 2005.
- O complemento de recursos no caixa da Empresa deveu-se aos novos negócios implementados pela Diretoria Executiva, com a efetivação de termos aditivos para movimentação de novas cargas, firmados junto às arrendatárias dos Terminais de Minério e Carvão do Porto de Itaguaí.
- As questões de infra-estrutura/logística dos portos sob administração da CDRJ, tais como, dragagem, drenagem, pavimentação, recuperação do acesso rodó-ferroviário e da subestação de energia elétrica, das balanças de pesagem de cargas, do piso das vias de circulação interna do Porto, a demolição do armazém frigorífico, com a construção de pátio e Centro Administrativo, a informatização e integração de Sistemas de Informação, bem como a regularização dos ativos da Companhia – principalmente os que se encontram em posse de terceiros e que foram objeto de cessão da extinta Portobrás, com a regularização de seus compromissos financeiros, de forma a reduzir os encargos e variações monetárias passivas que influenciam negativamente o resultado da Companhia; a adoção de ações rigorosas para conter despesas e ampliar receitas, com ajustes na sua estrutura administrativa e operacional, de maneira que o ingresso de recursos, quer seja na forma de aumento de capital, quer seja pela venda de ativos não operacionais; o parcelamento de dívidas de ISS; PORTUS; ações trabalhistas; entre outras questões, estão sendo, também, solucionadas pela Diretoria Executiva, conforme ações elencadas no corpo deste relatório, inclusive em seus anexos.
- No que concerne aos Decretos Municipais de nº 22.584 e 22.603, de 21/01/2003, declarando como de utilidade pública, para fins de desapropriação, 33 imóveis e 4 faixas de linhas férreas, ensejados pelo Decreto nº 4.554, de 27 de dezembro de 2002, do Executivo Federal, a Diretoria Executiva da CDRJ vem mantendo a gestão junto ao Governo Federal, para que seja examinada a conveniência de propor a alteração de citado decreto, com vistas a inserir dentre as áreas constituintes do Porto Organizado do Rio de Janeiro, aquelas adjacentes, de propriedade da CDRJ, que ficaram fora das referidas poligonais.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS RELEVANTES, VIDE ANEXO V.

7. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS (CONVÊNIO E OUTROS MEIOS)

Tipo	Código Siafi	Termo número	Objeto	Data Publicação	Valor Total Pactuado	Valor Total Transferido	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Convênio	Não temos	079/2005	Cooperação Técnica e Financeira/ Remoção, Reassentamento e/ou Indenização famílias	13/10/2005	R\$ 4.255.200,00	R\$ 3.546.000,00	R\$ 709.200,00	290 famílias/ Arará/Jacarezinho	Atrasada a execução do cronograma/ Outubro/05 a março/06 passou para abril/06 a julho/06

8. CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS

8.1. Identificação/Entidade: Instituto de Seguridade Social – PORTUS
CNPJ: 29.994.266/000-89

8.2. Demonstrativo Anual:

- 8.2.1. R\$ 26.974.736,20 (valor total da folha de pagamento dos empregados participantes);
- 8.2.2. R\$ 2.992.276,41 (valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes);
- 8.2.3. R\$ 2.646.426,51 (valor total das contribuições pagas pela patrocinadora);
- 8.2.4. Não consta (valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora);
- 8.2.5. Não consta (discriminação em razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições)
- 8.2.6. Não consta (valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal);
- 8.2.7. Anexo IV (manifestação da Secretaria de Previdência Complementar);
- 8.2.8. Anexo IV (parecer da auditoria independente).

9. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Este item não se aplica à Companhia Docas do Rio de Janeiro.

10. PROJETOS E DE INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

Este item não se aplica à Companhia Docas do Rio de Janeiro.

11. AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Este item não se aplica à Companhia Docas do Rio de Janeiro.

12. GASTO COM CARTÃO DE CRÉDITO

Este item não se aplica à Companhia Docas do Rio de Janeiro.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No exercício de 2005, os portos administrados pela Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ foram responsáveis pela movimentação de um volume total de cargas de aproximadamente 37,4 milhões de toneladas, representando um crescimento da ordem de 13,3 % sobre os 33 milhões de toneladas registrados no exercício anterior.

Tal resultado, se comparado ao desempenho verificado em 2002, quando os portos fluminenses movimentaram cerca de 22,8 milhões de toneladas, corresponde a uma evolução de algo em torno de 68%, com destaque para o crescimento das operações de minério de ferro, contêineres e produtos siderúrgicos.

Cabe frisar, a título de ilustração, que, no ano de 2005, as exportações e importações nacionais alcançaram, respectivamente, a marca dos US\$ 107,4 bilhões e US\$ 66,9 bilhões, tendo a balança comercial brasileira apresentado um superávit recorde da ordem de US\$ 44,8 bilhões, com as exportações fluminenses alcançando o patamar dos US\$ 7,38 bilhões, o que representa um crescimento de 23,1%, em comparação a 2004, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN.

E para 2006, estima-se que a movimentação total de cargas no universo dos portos da CDRJ atinja a casa dos 45 milhões de toneladas, a partir dos novos contratos que permitirão a exportação de soja e de maiores volumes de minério de ferro pelo Porto de Itaguaí, até alcançar, em 2009, os 100 milhões de toneladas.

Sob o prisma social, evoluiu, também, o relacionamento da Empresa com os trabalhadores portuários, com destaque para o Complexo de Gestão de Mão-de-Obra, fruto do Instrumento Administrativo celebrado entre a CDRJ e o OGMO, localizado no Armazém 18 e anexo, do Porto do Rio de Janeiro, dispendo de modernas instalações dotadas de banheiros, chuveiros, armários, vestiários, lanchonete, terminal eletrônico bancário e sistema eletrônico de escalação, entre outros dispositivos, e tornando-se, assim, uma verdadeira referência nacional do setor, no âmbito dos portos brasileiros.

Para o Porto de Sepetiba, a CDRJ está reavaliando o local a princípio destinado para essa mesma finalidade, identificando outra área que melhor concilie os aspectos logísticos das atividades a serem desenvolvidas pelo OGMO, o fluxo do tráfego de cargas e a instalação do Centro Avançado de Controle de Caminhões e Carretas, sendo que nova definição de local está prevista para o primeiro trimestre de 2006.

Outra ação iniciada em 2005 que merece ser destacada em termos de cidadania e relevo social, trata do Convênio a ser assinado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Educação, visando à implantação de um Núcleo Avançado do Centro de Estudos Supletivos – NACES, e tendo como finalidade precípua a complementação da escolaridade, do nível fundamental ao ensino médio, dos trabalhadores portuários, e, por conseguinte, a melhoria das condições gerais de empregabilidade dos mesmos no mercado de trabalho.

Cabe acrescentar, por oportuno, que após intenso trabalho em 2005, de conciliação dos interesses públicos envolvidos sobre as questões que envolvem a reabilitação portuária, projeta-se para o primeiro trimestre de 2006 a celebração de Acordo de Cooperação Técnica, entre o Governo Federal e o Município do Rio de Janeiro, com a interveniência da CDRJ,



tendo o objetivo de potencializar e qualificar as infra-estruturas, as atividades econômicas, turísticas e culturais; os recursos ambientais e os assentamentos já existentes; bem como promover a atração de novos empreendimentos, moradores e usuários, de forma sustentável do ponto de vista econômico e sócio-ambiental, através de uma atuação integrada, compreendendo os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo, São Cristóvão, Benfica, Vasco da Gama e Caju. Dada a relevância da iniciativa, quando da assinatura do referido convênio, deverá estar presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

ANTONIO CARLOS SOARES LIMA
Diretor -Presidente